



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ROBERSON PEREIRA DA SILVA

**PODER PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL: Políticas Públicas de Desenvolvimento
Regional no Bico do Papagaio – Embates e Debates**

TOCANTINÓPOLIS – TO

2015

Roberson Pereira da Silva

**PODER PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL: Políticas Públicas de Desenvolvimento
Regional no Bico do Papagaio – Embates e Debates**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus de Tocantinópolis para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais, sob a orientação do Professor Dr. Cesar Sagrillo Figueiredo.

TOCANTINÓPOLIS – TO

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S586p SILVA, ROBERSON PEREIRA DA .
PODER PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL: Políticas Públicas de
Desenvolvimento Regional no Bico do Papagaio – Embates e Debates. /
ROBERSON PEREIRA DA SILVA. – Tocantinópolis, TO, 2015.
58 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Tocantinópolis - Curso de Ciências Sociais, 2015.
Orientador: Cesar Sagnio Figueiredo
1. Políticas Públicas. 2. Desenvolvimento. 3. Território. 4. Bico do
Papagaio. I. Título

CDD 300

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

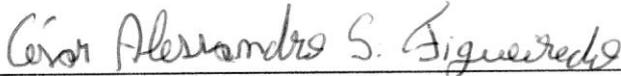
Roberson Pereira da Silva

**PODER PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL: POLÍTICAS PÚBLICAS DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BICO DO PAPAGAIO –
EMBATES E DEBATES**

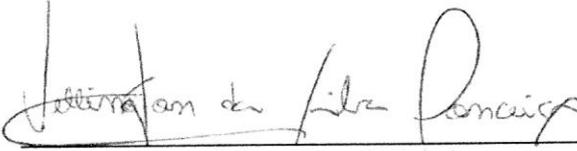
Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus de Tocantinópolis, ao Curso de Graduação em Ciências Sociais, para obtenção do título de Graduado em Ciências Sociais (licenciatura), sob a orientação do Professor Dr^o. **Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo**. Onde o mesmo foi avaliado e aprovado pela banca examinadora.

Data de Aprovação: 02 / 06 / 2015

Banca Examinadora:

 (Orientador)

Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo.
Professor Doutor em Ciências Políticas
Fundação Universidade Federal do Tocantins.
Campus de Tocantinópolis

 (Examinador)

Wellington da Silva Conceição
Professor Mestre
Fundação Universidade Federal do Tocantins.
Campus de Tocantinópolis

Dedico esse trabalho em especial a minha mãe, minha família, meus filhos, e minha companheira Wagna Lindemberg, pois acredito que sem seu apoio e carinho não teria conseguido.

Roberson Pereira da Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao apoio financeiro, CAPS – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPQ, que me proporcionou a realizar o trabalho pesquisando e podendo me dedicar aos estudos durante o curso.

Agradeço ao Doutor Flávio Moreira, por sua imensurável contribuição, na minha pesquisa, enquanto seu bolsista.

Agradeço a professor Cesar Figueiredo pela orientação deste trabalho de conclusão de curso e por ter a paciência, respeito ao outro, pelo incentivo e por tentar me colocar na direção certa.

Agradeço a todos os professores da UFT-TO, que em vários momentos durante o curso foram essenciais no meu aprendizado.

Aos funcionários da Universidade no campus de Tocantinópolis, os vigilantes, Heden Cley, Dulcy, aos Tec. José Carlos, Saulo e sua esposa, Raisia, Giano, Leonardo, Andressa, Valdemir, aos Meus Caros Patrick e Marcélio. Ao Pessoal da Limpeza, Tia Soledade, e os outros, obrigado a todos.

Aos amigos, Calline, Klisma, Heloína, Deuzélia, Hilário, Geane, Caio, Abreu, Luan, Izael, Marcondes, Clebson, Elias, Cristiane Rosa e João Batista de Jesus Felix, Euzile e Herica e a pequena Maria Cecília, Nilma, Miguel, Geudivaldo, Emivaldo Aguiar, Wellisson Rafael, as irmãs Margarete e Márcia, ao casal Marlon e Deuzimeire, Vani, Tiago Rodrigues, Lidiane, Meu querido Amigo Anderson Pires, Wanderson (cebolinha) e Sua Esposa Cleusivan, a todos vocês serei eternamente grato pelo apoio e consideração nos turbulentos momentos que vivi, nesse espaço que não é simplesmente um espaço de construção do saber, mas de vida.

A Meus pais, o senhor Acelino e Dona Maria, os Meus Irmãos Livia Cristina, Ana Paula, Adreson, por acreditarem em mim, me fazendo assim persistir até alcançar mais essa vitória. E em Especial aos Meus Filhos, Victor Deon, Vinícius Otávio, Lara Rebeca, Nayôbby Lindenberg Schelwesck E meu Caçula Roberson Angel Dí María Costa Lucas e Silva, cujo são a razão da minha existência e persistência, na luta diária contra as dificuldades.

Agradeço aqueles colegas que fizeram parte da minha história e que hoje não se encontram aqui, Welker De Sousa Martins E Ariston Pereira de Araújo, assim como meu

querido professor Cleides Amorim cujo foi levado de nós de forma tão brutal, mais que nos deixou um grande legado: o conhecimento e o respeito para como o outro.

Por fim, agradeço a Wagna Lindemberg Costa Lucas pelo companheirismo, incentivo, apoio nas horas de dificuldade e carinho durante todos os momentos que precisei e que preciso.

"Vi Veri Veniversum Vivus Vici!" (Fausto). "Pelo poder da verdade, eu, enquanto vivo, eu conquistei o universo!"

"Eu ousa tudo que convém a um homem. Não o é quem ousa mais."
(Macbeth)

"Esconda-me e seja meu ajudante, pois tal disfarce, com sorte, tomará a forma do meu propósito." (Viola).

A vida é feita de etapas, superar as etapas é superar a se! (Nota do Autor)

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Território do Bico.....	17
Mapa 2- Instituições de Ensino Federal e polos federais localizados no território.....	19
Mapa 3- Mesorregião do Bico do Papagaio.....	21
Mapa 4- Fronteira Agrícola.....	22
Mapa 5- Microrregião do Bico do Papagaio.....	22
Mapa 6- Microrregiões do Estado do Tocantins.....	24
Mapa 7- Mapa dos Territórios da Cidadania no Brasil.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela1- Distribuição da população por gênero e sazonalidade.....	19
Tabela2- Distribuição da População do Bico do Papagaio.....	20
Tabela3- Distribuição da População do Bico do Papagaio por cidade.....	20
Tabela4- Tabela 4 - Organismos de Representação no Colegiado territorial do bico.....	36
Tabela5- Cidade do Território I.....	39
Tabela6- Organizações Existentes que fazem parte do Colegiado Territorial.....	41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABIPA-** Associações dos Apicultores do Bico do Papagaio
- AMB-** Associação de Mulheres do Buriti
- APA-TO-** Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins
- ARENT-** Associação dos Trabalhadores da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins
- ASFA-** Associação São Francisco de Assis
- ASMUBIP-** Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio
- CAAF-** Programa Compra Antecipa da Agricultura Familiar
- CAIXA-** Caixa Econômica Federal
- CENTRU-** Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
- CMDRS-** Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNAES-** Conselho de Segurança Alimentar
- CONDRAF-** Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
- COOPTER-** Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural.
- CPT-** Comissão Pastoral da Terra
- DATASUS-** Banco de dados do Sistema Único de Saúde
- DFA-** Delegacia Federal de Agricultura
- EFA-** Escola Família Agrícola
- ELETRONORTE-** Centrais Elétricas do Norte do Brasil
- FETAET-** Federação dos Trabalhadores Agricultura no Estado do Tocantins
- FNO-** Fundo Constitucional de Recursos para a região Norte
- DLIS-** Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
- IBAMA-** Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais
- IBGE-** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH-** Índice de Desenvolvimento Humano

RESUMO

Esse trabalho surgiu de um ideário construído a partir da participação do projeto bico nº 5545382010-5. Desenvolvido pela Universidade Federal do Tocantins, mais exclusivamente pelo Mestrado em Desenvolvimento Regional da UFT, com a finalidade de entender as relações estabelecidas no território assim como a avaliação do colegiado. Nesse sentido após a aplicação do questionário para medir o Índice de Capacidades Institucionais no caso: “Gestão dos Conselhos, Capacidade das Organizações, Serviços Institucionais Disponíveis, Instrumentos de Gestão Municipal, Mecanismos de Solução de Conflitos, Infra-estrutura Institucional e, por fim, Iniciativas Comunitárias e Participação” (UFT, 2011), observamos quanto importante analisar de algumas das questões apresentadas pelo questionário em uma ótica crítica acerca das ações do Estado e a participação da sociedade civil no colegiado, e do próprio colegiado frente ao território da cidadania.

Nesse sentido este trabalho pretende propiciar uma possibilidade de reflexão acerca das questões sociais e econômicas, voltadas diretamente a população da micro região do Bico do Papagaio, assim como, uma melhor compreensão da realidade, e das propostas e ações direcionadas para esta região, além do papel exercido pelos movimentos sociais e o próprio poder público imbricados em uma única lógica que seria: a melhoria da qualidade de vida das pessoas que moram nessa micro região. Estabelecendo um diálogo com questões locais como: as lutas pela terra e os conflitos políticos.

Dessa maneira esperamos promovendo o fomento de ideias e possibilidades de discussão acadêmica sobre o papel do Estado em contraponto à sociedade civil organizada, mostrando os limites e as possibilidades de promoção de ações voltadas ao resgate cultural e histórico e econômico do povo dessa região (Bico do Papagaio) situada no extremo norte do Estado do Tocantins.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Desenvolvimento. Território. Bico do Papagaio.

ABSTRACT

This work grew out of an ideology built on the participation of the beak project No. 5545382010-5. Developed by the Federal University of Tocantins, most exclusively by the Master of Regional Development of the UFT, in order to understand the relationships established in the territory as well as evaluation of the college. Accordingly after application of the questionnaire to measure the index Institutional Capacities in the case: "Management Councils, Organizational Capacity, Institutional Services Available, Municipal Management Instruments, Mechanisms of Conflict Resolution, Institutional Infrastructure instructor and, finally, Community and Participation "initiatives (UFT, 2011), noted as important to analyze some of the issues raised by the questionnaire in a critical perspective about the actions of the state and civil society participation in collegiate and collegiate own against the territory of citizenship.

In this sense this paper aims to provide an opportunity to reflect on the social and economic issues, directly targeting the population of the micro region of the Parrot's Beak, as well as a better understanding of reality, and of proposals and actions directed to this region, beyond role played by social movements and the government itself interwoven into a single logical it would be: improving the quality of life of people living in this micro region. Establishing a dialogue with local issues such as: land struggles and political conflicts.

Thus promoting the hope of stimulating ideas and possibilities of academic discussion about the role of the state in opposition to organized civil society, showing the limits and possibilities of promotion of actions to rescue cultural and economic history and the people of this region (Nipples parrot) located at the northern end of the state of Tocantins.

Keywords: Public Policies. Development. Territory. Parrot's beak.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo sobre o território da cidadania intitulado “**Território do Bico do Papagaio**”, e nessa análise de quais interesses políticos se fizeram presentes no âmbito desta ação, entendida aqui como política governamental para a população do campo desta região.

O envolvimento com a presente temática deu-se com a minha participação como estagiário/pesquisador em uma pesquisa desenvolvida pelo Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins; visitei os 25 municípios e coletando os dados para a pesquisa que teve como finalidade entender as relações estabelecidas no território, bem como a avaliação das ações do colegiado (como unidade gestora do território da cidadania do Bico do Papagaio).

Desse modo compreendemos como problema de pesquisa questões como: onde nasce esta política de territórios? Como e quando ela é implementada no Estado do Tocantins e mais especificamente no Bico do papagaio? Sobre estas questões que nos ocuparemos com a finalidade de proporcionar uma maior clareza dos fatos apresentados na proposta deste trabalho.

Apresentam-se como objetivos específicos deste trabalho: a) compreender historicamente o processo de constituição do território da cidadania no bico do papagaio; b) compreender como se constituiu o colegiado territorial do bico e; c) analisar a eficácia das políticas implementadas no território, assim como seus efeitos sobre o mesmo.

Quanto à metodologia da pesquisa, destaco que esta se caracteriza como uma pesquisa que conjuga tanto métodos de pesquisa qualitativa quanto da pesquisa quantitativa; e de cunho etnográfico, uma vez que por um lado fizemos uma pesquisa bibliográfica ampla a respeito do tema. E por outro lado estivemos presentes em todos os municípios do território da cidadania do bico. Destacamos a importância das duas formas de abordagem teórica para termos uma melhor clareza nos fatos aqui apresentados, sendo necessárias para obtermos um melhor entendimento a respeito do tema. O método qualitativo traz nessa perspectiva uma melhor “clareza” na elaboração das ferramentas de análise. Podendo da mesma forma avaliar, analisar, compreender, e/ou melhor, explicar determinados fenômenos sociais vigentes no território. Cabe aqui ressaltar que o método adotado nessa pesquisa, não é tão somente pela sua natureza, também pelas suas especificidades relacionadas a análise dos materiais necessários a pesquisa. Por tanto, acredito proporcionar um rigor muito maior em suas

aplicações, ao contrário do que se pensaria sobre o fato de adotar uma única linha de raciocínio, pois pesquisa qualitativa não prima por medir seu objeto de pesquisa e sim observá-lo indutiva e dedutivamente. Dessa forma podemos afirmar que ela “não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos.” (NEVES 1996 p.01).

A pesquisa quantitativa surge do seio da matemática, enquanto a qualitativa surge como um presente dado pela Antropologia e a Sociologia. Segundo Neves 1996 citando MAAMEN (1979), define a pesquisa qualitativa de seguinte forma: a pesquisa qualitativa:

Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (NEVES 1996, aput MAANEN, 1979a, p.520).

Isso significa que o método qualitativo, não impede o pesquisador de cometer o pecado da falta de cientificismo na sua abordagem pela falta de dados quantitativos. O trabalho de campo mesmo em uma pesquisa bibliográfica mostra que “o trabalho de descrição tem caráter fundamental em um estudo qualitativo, pois é por meio dele que os dados são coletados” (NEVES 1996, aput MANNING, 1979, p.668). Sendo que estes partem da suposição de que seja mais apropriado empregar a perspectiva da análise fenomenológica, quando se trata de fenômenos singulares e dotados de certo grau de ambigüidade, (NEVES 1996, p.01).

Importante, é o fato de que para garantir uma melhor fundamentação necessita-se é claro; do objeto e principalmente do objetivo do trabalho, fazendo melhor uso do conjunto de métodos apresentado. Segundo Neves (1996), citando DUFFY (1987):

Combinar técnicas quantitativas e qualitativas torna uma pesquisa mais forte e reduz os problemas de adoção exclusiva de um desses grupos; por outro lado, a omissão no emprego de métodos qualitativos, num estudo em que se faz possível e útil empregá-los, empobrece a visão do pesquisador quanto ao contexto em que ocorre o fenômeno. (NEVES 1996, aput DUFFY 1987, p.131).

Já a pesquisa quantitativa leva em consideração a quantificação dos dados apresentados em uma pesquisa. Moresi (2003) considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc), MORESI 2003, p.08. A

presente pesquisa se deu em diversos artigos e textos publicados após a década de 70, textos que falam exclusivamente ou que abordam em seu contexto ou dois tópicos sobre, território, desenvolvimento regional, política pública, e especialmente território de cidadania. É claro que a discussão permeia pelas ciências agrárias, pois na maioria das obras são pesquisadores das ciências agrárias. Porém isso não nos deixou intimidado ou limitado a não discutir o desenvolvimento do território da cidadania do bico do papagaio, pois a cada passo dado nos levou a uma nova descoberta sobre nosso espaço de origem, cuja riqueza é vasta, mesmo com a escassez de material de pesquisa. Detectou-se a necessidade de uma pesquisa mais ampla para que determinadas questões sejam respondidas. Mesmo acreditamos proporcionar uma boa leitura e novos questionamentos acerca do tema.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma; faremos inicialmente uma análise bibliográfica das produções sobre o território, analisando o contexto histórico social da região, por alguns conceitos apresentados por autores que estudam a temática; e que abordam especificamente sobre território, desenvolvimento e suas várias formas, assim como o conceito de políticas públicas. Visando apresentar questões sobre o “Bico do Papagaio” e consecutivamente possibilitar as futuras pesquisas acerca da temática. O tema proposto é digno de uma reflexão longa acerca das futuras gerações do campo, que cada vez mais desaparecem devido a ação esmagadora dos grandes empresários e as ações propostas pela política neo liberal do governo.

O trabalho está dividido da seguinte nos seguintes capítulos: na primeira parte a perspectiva teórica com conceitos e contextos que fundamenta o presente trabalho, dando um vislumbre acerca do território, em contraponto com uma discussão teórica que apresenta conceitos como Desenvolvimento, Política pública, Território e territorialidade. Na segunda parte, abordar os aspectos Geo Histórico¹ sobre a política territorial do bico do papagaio, além de como se deu a criação da política territorial no Brasil, e no bico do papagaio, além do contexto histórico social. Finalizando com abordagem acerca do território na perspectiva Geohistórica, ressaltando os ganhos que o território teve no decorrer dos anos assim como as demandas e derrotas sofridas.

¹ * Jaime Vicens Vives, historiador e geopolítico viveu na Espanha no período "Franquista". Em 1943, iniciou em Baeza, cidade Andaluzil. O esboço de um tratado de Geografia Política Geral, que vem servir de base ao "Tratado General de Geopolítica, publicado em 1950. Nesta obra Vicens Vives propôs o uso do termo geohistória em substituição ao de geopolítica, para demonstrar o propósito científico e neutro de seus estudos. Para o autor autor, "Geohistória é a ciência das sociedades históricas organizadas sobre o espaço natural"

Para tanto estaremos utilizando a abordagem de autores renomados como: Amartya Sen, Milton Santos, Ariovaldo Umbelino Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Marta Inez Medeiros Marques, Júlio Cesar Suzuki, Elenaldo Celso Teixeira, Axel Honneth, Norberto Bobio, Ana Paula Pacheco Chaves, Marcos Aurélio Saquet, Sueli Santos Silva, entre outros autores regionais que discutem temática territorial, além de textos e recortes sobre o território e a política territorial.

CAPÍTULO I

PERSPECTIVA TEÓRICA: CONCEITOS E CONTEXTO DA PESQUISA

Nessa primeira parte do trabalho, apresentamos conceitos que julgamos fundamentais neste trabalho, levando em consideração a sua relação dialética com o contexto histórico; social e econômico da região, nacionalmente conhecida como “Bico do Papagaio”. Dessa maneira, apresentamos os conceitos de Território, Desenvolvimento e Política Pública, em uma perspectiva dialógica, pois estão imbricados de uma forma análoga na concepção de território. Esse, de onde as políticas públicas partem de um pressuposto em que as relações de poder entre sociedade e estado, são afloradas e postas em disputa, carregadas de uma determinada concepção ideológica. Por sua vez as ações geradas a partir desse embate são consideradas até certo ponto uma ação conjugada de ideais e valores que em nossa perspectiva se torna a chave desse trabalho.

1.1. Conceito e Visão Geral de Território, Desenvolvimento e Política Pública.

Inicialmente para compreendemos melhor as questões a serem discutidas nesse trabalho, no que diz respeito “as concepções que estão imbricadas no território da cidadania” do Bico do papagaio, procuraremos apresentar uma discussão teórica, acerca do que seria território, levando em consideração os conceitos de espaço, e territorialidade, da mesma forma o conceito de desenvolvimento assim como suas caracterizações, e ao mesmo tempo contribuir na apresentação do conceito de política pública trazendo uma análise crítica acerca das ações do Estado no que tange as questões ligadas aos territórios da cidadania.

➤ Território

O que é território? Existe uma gama de autores que se propuseram a discutir esse tema, um deles Fernandes (2008) faz uma análise bastante significativa trazendo elementos da geografia, para definir um significado de território assim como suas diversas formas de ser analisado. Território é um conceito amplo que às vezes se confunde com os conceitos de territorialidade e espaço. Por isso é necessário entendermos um pouco mais sobre ele, e principalmente sobre a sua apropriação política.

Consideramos a política como peça chave em nossa discussão, sendo que a mesma se constitui como um foco ou fator de delimitação das ações e reações diversificadas que parte tanto **de dentro quanto de fora** do território, isso levando em consideração os atores envolvidos na sua gestão. Rua (1998) destaca, a política como a base das relações de poder em uma perspectiva do estado, que não leva em consideração a base para a sua consolidação, gerando conflitos, para o autor, a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos (LIMA 2012 p.50). Dessa forma entendemos que o conceito de território traz de certa forma uma apropriação política que se define no seio das discussões, e nos conflitos relacionados ao campo. Outro elemento de discussão importante apresentado por Fernandes (2008) é justamente essa discussão política de território, levando em consideração a noção de espaço para dar base a seu discurso. Segundo Fernandes (2008) O espaço nada mais é que (...) “a materialização da existência humana” (FERNANDES. 2008 p.3) é à base da construção das relações; seja sociais ou culturais ou propriamente de poder, é o espaço que faz homem. O homem se reconhece no seu espaço, através da tomada de consciência, dos conflitos relacionados à sua denominação enquanto “posseiro” e consecutivamente a luta pelo seu reconhecimento dentro de uma lógica capitalista e estatal enquanto parte do território.

Portanto seria apropriado dizer que existe uma diferença entre espaço e território. O espaço é a concepção material do território, onde “o território é compreendido como espaço de uma nação, delimitado e regulado” (SAQUET & SILVA 2008). Contudo, podemos dizer que território; por sua vez seria um conjunto de elementos (levando em consideração a cultura, as relações sociais e as relações de poder) reunidos em um determinado espaço. Segundo Fernandes (2008) “O espaço é organizado socialmente, com formas e funções definidas historicamente, pois se trata da morada do homem e do lugar de vida que precisa ser constantemente reorganizado” (SAQUET & SILVA 2008).

Santos (2005) diz que “para uns, o território viria antes do espaço. Para outros, o contrário é que é verdadeiro.” Segundo o autor, entende-se por território “a extensão apropriada e usada”, ou seja, o espaço onde ficam as casas, as plantações, as cidades, povoados etc. Já o espaço, segundo Fernandes (2008), é um conjunto indissociável de objetos e ações, “que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais” (FERNANDES. 2008 p.3). Espaço e Território estão imbricados indissociavelmente e representados basicamente pelas relações de poder existentes, pois “As transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção desse mesmo espaço.”, (FERNANDES. 2008). Assim, podemos dizer que o conceito de

território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio. Para Fernandes (2008), existem dois tipos de território:

“territórios materiais e imateriais: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia. (...) consideramos três tipos de territórios materiais: o primeiro território é formado pelo país, estados e municípios; o segundo território é formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedades privadas não capitalistas; o terceiro território formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território.” (FERNANDES. 2008 p.8).

Nesse sentido, os territórios são particionados (divididos), dentro de uma lógica onde, o espaço geográfico (físico), está imbricado, ao território imaterial, subjetivo, representado pelas relações de poder, que estão divididos dentro dos territórios fluxos que são controlados e regulados por atores específicos com ideias e valores diversos assim como seus próprios interesses, atuando de diferentes formas, controlando os espaços físicos, são estas; as facções criminosas, as empresas, corporações, etc. que coexistem dentro do território maior: o Estado. Já a palavra territorialidade tem uma perspectiva diferente, porém chega a se confundir em muitos momentos com o conceito de território, porém apresenta-se como sinônimo de “pertencer àquilo que nos pertence” esse sentido de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescindem da existência do Estado. Nesse sentido essa perspectiva de territorialidade segundo Santos (2005) estende-se aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. A partir desse momento a uma separação da concepção onde a territorialidade animal e humana. Que se divide e a partir daí “a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem” (Santos 2005 p.19).

Nessa concepção de divisão, luta e apropriação, os homens se constituem a partir da busca conjuntamente com outros homens, da divisão material e subjetiva do seu espaço. Devido essa perspectiva entendemos que as relações sociais e políticas constroem em um território subjetivo e/ou ideal, que contribui para a formação do imaginário das pessoas. Esse imaginário é responsável por uma construção ideológica de um mundo. Esse no qual dependendo de onde estejam os atores sociais envolvidos no processo de formação social

podem de formas diferentes analisar e avaliar as políticas ou ações políticas implantadas em um determinado espaço denominado de território. Essa seria a tomada de consciência acerca de sua ação no seu meio social e o reconhecimento da importância dela sobre o lugar onde se vive. Honneth 2003 discute sobre a importância dessa tomada de consciência, ressaltando que os atores sociais são responsáveis pela mudança cultural e de pensamento a partir do fomento de novas ideias e a interação constante com o outro, assim:

“À constituição de uma consciência de si mesmo está ligado o desenvolvimento da consciência de significados, de sorte que ele lhe prepara de certo modo o caminho no processo da experiência individual: através da capacidade de suscitar em si o significado que a própria ação tem para o outro, abre-se para o sujeito, ao mesmo tempo, a possibilidade de considerar-se a si mesmo como objeto social das ações de seu parceiro de interação.” (Honneth, 2003.p.129-130).

Segundo Taylor (1998), a exigência de reconhecimento (Honneth 2003) adquire importância, pois, o reconhecimento incorreto dos outros pode conduzir uma pessoa, ou grupo de pessoas, a serem prejudicadas, sendo alvo de uma distorção, quando eles refletem uma imagem limitada, de inferioridade ou de desprezo deles mesmos.

O reconhecimento (intersubjetivo) torna-se fundamental, na medida em que a modernidade é introjetada no cotidiano das pessoas, trazendo com si um individualismo social coletivo, e uma constante busca por uma equidade que só vem ou não, através de um reconhecimento da sociedade. Todos o buscam, porém poucos alcançam esse objetivo, e mesmo apesar de muitos aspirarem à igual reconhecimento por parte da sociedade e do Estado, poucos são vistos. O indivíduo se constrói intersubjetivamente dentro do seu espaço de convívio, seja da casa, da feira, das ruas, dos encontros sociais, e o contato com outros homens, isso delimita subjetivamente um espaço. É a ação dentro deste espaço, mais sua significação, que o constitui como tal; um espaço simbólico que atinge uma totalidade, uma ação do homem sobre o outro construindo as relações e interagindo uns com os outros, a partir das relações sociais e vice-versa. Dessa maneira o sujeito por meio de sua intencionalidade determina o significado que determina o uso do território (espaço físico), estes procedimentos se caracterizam como indissociáveis, as ações, relações, ideias, conflitos e concepções ideológicas fazem parte desse processo de formação conjunta ou não, são diferentes porém inseparáveis.

➤ **Desenvolvimento.**

A partir do conjunto de símbolos e significados que constituem o território, e partindo da percepção dos atores sociais envolvidos na gestão do mesmo, e entendendo território como

palco de discussão acerca da melhoria da qualidade de vida onde os conflitos surgem a todo tempo. Trazemos a discussões sobre o “desenvolvimento” com base em ideias de autores que tentaram explicar com competência, o conceito. E na busca por um melhor entendimento, entendemos que “o Desenvolvimento (...) só se torna um conceito utilizável para análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”. (Santos, 2009, p22).

Nessa perspectiva observamos que os territórios de cidadania, em especial o Bico do Papagaio, estão relacionados às políticas de desenvolvimento que surgem a partir dos conflitos gerados por duas lógicas de pensamento que divergem a todo instante. Numa os estado oferece ao território uma falsa ideia de desenvolvimento, utilizando-se de programas ou de planos que não se consolidam. Noutra o próprio território que não articula de forma correta, e movido por uma falsa ideia, se deixa dominar por não ter força para lutar contra o leviatã de forma eficaz.

Os movimentos sociais com sua bandeira lutam para defender a inserção de sua classe nesse contexto. Porém o estado brasileiro, com sua falsa ideia de democracia e de inserção social, vai sempre de encontro ao interesses coletivos, em contraponto aos interesses de grandes corporações. Ambos debruçados sobre a bandeira do desenvolvimento.

O desenvolvimento que é a representação de uma ideologia dominante que é pensada; e analisada a partir da visão do estado, e principalmente como será implementada determinada política social. Nessa lógica, o que seria desenvolvimento? Geralmente este conceito é atribuído de maneira mais geral ao crescimento econômico. Chaves (2004) sobre a Educação e desenvolvimento social, observa a perspectiva apresentada por Coraggio. Ele, enquanto Crítico das políticas lideradas pelo Banco Mundial e Outros organismos internacionais de desenvolvimento, afirma que é preciso ter uma visão mais humana do desenvolvimento. Trazendo a perspectiva do desenvolvimento humano, a partir do desenvolvimento do indivíduo, da mesma forma que Chaves (2004) leva em consideração o pressuposto de capital a parti da lógica de Pierre Bourdieu, para contextualizar o desenvolvimento, assim os indivíduos e grupos estão posicionados de acordo com o acúmulo e distribuição de três tipos básicos de capital: capital cultural (educação de maneira geral), econômico (todos os bens) e capital social (rede de contatos). Segundo Coraggio (1999)

O processo de globalização inclui uma renovação nas instâncias políticas de âmbito mundial, como é o caso do sistema da ONU. Uma preocupação central daquelas que pensam em termos de uma ordem e um ‘governo mundial’ democráticos é como evitar que a globalização gere mais empobrecimento e exclusão, afetando as possibilidades de uma paz mundial que possa dar estabilidade e sustentação às tendências mais positivas em curso.

Como resposta a essa questão, da parte de alguns OI [organismos internacionais] surgiu uma nova proposta de novo paradigma: o Desenvolvimento Humano (DH). Da mesma forma como aconteceu com o paradigma do Desenvolvimento Econômico, esta proposta poderia levar à uniformização em nível mundial de esquemas conceituais, sistemas de informação e políticas. (PACHECO E CHAVES 2004 apud CORAGGIO, 1999, p. 22).

As partir desse pressuposto, os indicadores de Desenvolvimento humano são uma combinação de índices de saúde, educação e expectativa de vida além da renda das pessoas. Quando falamos de desenvolvimento ressaltamos os tipos, econômico e social, apresentamos assim como foi falado: o capital social, econômico, humano, cultural, segundo a autora Chaves (2004) para se falar de desenvolvimento social (ou na lógica de autores mais atuais como MORETTO & GIACCHINI, 2006) podemos apresentar o capital físico e ambiental. O capital físico (constituído por construções, infra-estrutura), o capital ambiental (constituído por tudo aquilo relacionado às condições naturais essenciais ao bem estar – qualidade de água e ar, por exemplo).

Segundo Bresser-Pereira (2008) o ‘desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural’ a partir de ações e de como investimentos que são implementados, visando por um lado o aumento da produção, da mesma forma o consumo, o círculo de capital etc. Por outro a levamos em ocupação de áreas até então inexploradas, causando assim; a degradação ambiental, sempre no pressuposto de aumentar o poder econômico de grandes corporações.

O conceito de desenvolvimento se confunde no decorrer da história com crescimento econômico, e também com desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento está para história da humanidade, assim como ela própria, onde o importante é comercializar produtos a baixos custos e a venda em outros mercados, a nossa realidade na perspectiva economicista de crescimento não é de desenvolvimento, mas sim, de lucro, através da produção em larga escala a baixo custo. Segundo, Hobsbawm (2011), devido:

“[...]as revoluções industriais pioneiras ocorreram em uma situação histórica especial, em que o crescimento econômico surge de um acúmulo de decisões de incontáveis empresários e “investidores particulares, cada um deles governados pelo primeiro mandamento da época, comprar no mercado mais barato e vender do mais caro.” (HOBSBAWN,2011 p.65).

Surge nesse momento à necessidade de se pensar o desenvolvimento a partir de uma nova perspectiva: a do desenvolvimento sustentável, onde “(...) podemos constatar que o conceito (...) apresenta-se de forma ampla, envolvendo a questão produtiva, a questão social e a

questão ambiental.” (MORETTO & GIACCHINI, 2006.p.479) dessa maneira não podemos simplesmente pensar o desenvolvimento a partir somente da implantação de grandes empreendimentos público/privados. Sem levar em consideração as pessoas e o ambiente em que vivem. É importante pensar a gestão responsável dos meios de produção dentro de uma dimensão produtiva; social e cultural; com aspectos específicos ligadas a produção, a sociedade, e o meio ambiente, temos assim uma dimensão sustentável do desenvolvimento, dessa maneira compreendemos:

“[...]o crescimento econômico com melhoria qualitativa dos indicadores (desenvolvimento econômico) juntamente com a preservação ambiental. Dessa forma engloba as três dimensões anteriores, a produtiva, a social e a ambiental.” (MORETTO & GIACCHINI, 2006.p.480-481).

Dessa forma o desenvolvimento sustentável “é entendido como o crescimento econômico permanente, unido ao desenvolvimento econômico com vistas à melhoria nos indicadores sociais, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação ambiental.” (MORETTO & GIACCHINI, 2006.p.478), pensado para as futuras gerações dos territórios. Devido o desenvolvimento impositivo, onde o estado seguindo uma lógica capitalista, não prima pelo desenvolvimento ordenado e sustentável, ocasionando problemas graves também meio rural, pois cada vez mais o homem do campo, perde o seu espaço, onde praticam suas atividades pecuniárias de plantação e criação de animais de pequeno porte. Isso em virtude dos grandes empreendimentos trazidos pelos grandes investidores.

No entanto observamos que os territórios em especial o que fazemos parte, vem sofrendo um processo de reocupação, o problema é que não são pequenos produtores na intenção de melhorar de vida; mas dos grandes investidores em soja e eucalipto, além dos já existentes criadores de gado. Grandes áreas de terra estão sendo ocupadas, compradas a baixo preço, substituindo a paisagem típica da região, mas isso não seria uma característica única desse território, e sim regional, os estados da região norte do País nessa década estão sendo tomados pelos grandes produtores de soja e eucalipto, criando uma ideia de um falso desenvolvimento, ou seja, grandes plantações e grandes lucros nas mãos de poucos, geralmente cabe ao homem do campo, o trabalho nessas plantações. Ficando de lado uma gama de pessoas que cada vez mais estão perdendo sua identidade característica, adquirida pela relação com espaço onde vivem. Possivelmente esse seja o reflexo característico de um “desenvolvimento” digamos que não é para todos.

Segundo Milone (1998), para caracterizar um processo de desenvolvimento econômico, devemos observar ao longo do tempo a existência de três elementos principais: Primeiro o Crescimento do bem-estar econômico, medido por indicadores de natureza econômica, como

por exemplo: produto nacional total, produto nacional per capita; segundo, a Diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade; e em terceiro, a Melhoria das condições de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte. Dessa forma, observamos a controvérsia entre desenvolvimento e crescimento econômico, dessa maneira podemos supor que:

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento. (OLIVEIRA² 2002, apud Scatolin, 1989, p.6).

Para alcançar minimamente esse desenvolvimento isso dentro do nosso território bem como podemos analisar o território da cidadania do Bico do Papagaio que a partir da percepção dos indicadores sociais, com uma renda muito baixa, ou a má formação intelectual, etc. Em suma o desenvolvimento seria o crescimento econômico de um determinado espaço, levando em consideração a sustentabilidade ambiental e o modo de vida das pessoas.

Tendo em vista uma característica muito singular que é a tomada de consciência das grandes nações acerca do desenvolvimento. Segundo autores como HOBBSAWN, e Richard Peet, FERNANDES (2007) em seu trabalho Intitulado “Imaginários de Desenvolvimento” na Obra Geografia Agrária: teoria e poder, apresenta uma síntese de como os países desenvolvidos influenciam através de seus planos, a política de desenvolvimento dos países de terceiro mundo. Dessa maneira, “Os países capitalistas desenvolvidos proclamaram recentemente seu comprometimento coletivo em acabar com a pobreza em escala global.” (G. A. 2007 p.19) apoiado pela declaração do milênio da ONU que tem como meta acabar com a pobreza até 2015.

Porém, analisando a política territorial pensamos; é necessário repensarmos determinadas ação, como podemos reduzir a pobreza financiando grandes empreendimentos, produtivos com largas extensões de terras, gerando assim a desapropriação de milhares de pessoas? Então Acreditamos que o desenvolvimento se faz necessário porém, com responsabilidade, em uma perspectiva que contemple tanto o setor agrário produtivo, em consonância com o pequeno e médio produtor garantido a sua competitividade e participação no mercado. Isso através de incentivos do estado, objetivando o desenvolvimento de forma sustentável, garantido a preservação do meio ambiente para as gerações futuras. Dessa forma acreditamos que o desenvolvimento territorial deve ser pensando de maneira conjugada, respeitando as comunidades que ocupam esses espaços, não tão somente a sua manutenção,

através de projetos inviáveis, e sim com ações coordenadas que venha de encontro às reais necessidades da população, sem deixar de levar em conta a produção em escala empresarial digamos assim, pois é sabido que esses espaços são responsáveis pelo sustento de outros mais populosos. Acreditamos que essas ações conjugadas são de fato ações estatais dignas, no formato de política pública voltada ao atendimento e respeito a todos os povos, e territórios dessa grande nação. Política essa que entenderemos logo a seguir seu real conceito e sua importância para este trabalho.

➤ **Políticas Públicas e Território.**

Para compreender melhor o que é política pública, precisamos a priori entender a sua gênese – a política; o conceito de política é o primeiro passo para compreendermos como funciona, e se constitui a política pública, para tanto, é necessário ter cuidado com o conceito, pois este poderia ser simplesmente a ação do estado em função dos que necessitam. Segundo Bobbio (2004):

Política: Derivado do adjetivo originado de polis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, consecutivamente, o que é urbano, civil, público, e conseqüentemente o que social, o termo Política (...) entendida como forma de atividade ou práxis humana. Está estritamente ligado a poder. Este tem sido tradicionalmente definido como “consiste nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem” (Hobbes) ou, analogamente, como, “conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados” (Russell) (BOBBIO, 2004 p. 954-955).

Dessa maneira entendemos que a política é à base de construção das sociedades, e as sociedades precisam de ações políticas de benefício o todo, de modo a suprir a necessidade da população. Podemos supor que essas ações são consideradas políticas públicas, Rua (2009, p. 20) afirma que “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”. (LIMA 2012p. 50). Nesse sentido, observamos que mesmo que um conjunto de ações que emane do estado e sejam direcionadas a um determinado território seja efetivamente uma política pública de fato. Nesse caso Teixeira (2002), também nos apresenta um conceito próximo do que consideramos ideal acerca de política pública. Para ele:

Políticas públicas: são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos, (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Nesse sentido, observamos que enquanto ator social que pertence à esfera do território, e participa das discussões políticas do território, possui uma visão, de ordem subjetiva, intrínseca sobre as ações do estado, assim o que é política pública para um; para outro é simplesmente política de governo. Dessa forma o Estado garante a sua participação dentro dos territórios através da implementação de projetos e ações, propostas vinculadas a uma ideologia que confunde os papéis sociais nesse caso (lideranças, agentes políticos), estes plenamente definidos, onde o Estado Brasileiro é responsável pela promoção da igualdade entre homens; assim como a garantia do direitos a vida, e a propriedade.

Nessa perspectiva a política pública deve compreender como; “um conjunto de intervenções e ações do Estado orientadas para a geração de impactos nas relações sociais, sendo as mais conhecidas as políticas de educação, saúde, assistência social, transporte e habitação, entre outros.” (Santos² 2008 p.03).

Na verdade ao contrário do que se pensa, a garantia da autonomia dos proprietários na tomada de decisões no que diz respeito ao projeto de “desenvolvimento desses territórios” é realmente distante. Dessa maneira o pequeno produtor tem a posse da terra, porém não tem autonomia financeira para desenvolver sua atividade com maestria. E onde não se tem condições de alavancar um projeto produtivo real e solido, a dificuldade é bem maior, e fica a cargo dos municípios a aplicação de políticas públicas em muitas vezes assistencialistas, seguidas do apadrinhamento para elaboração e acompanhamento de projetos produtivos. O estado para esse homem simples é distante. Dessa maneira que fica nítida as ações reducionistas do Estado propõe em sua perspectiva neoliberal, onde as execuções dos projetos desenvolvimentistas são trabalhadas e/ou pensadas de forma condensada. Levando sempre em consideração o papel patriarcalista do estado moderno, que vive sobre uma linha ultrapassada quando se trata da política de desenvolvimento. E acabam sendo garantidos, interesses externos voltadas unicamente a uma lógica capitalista de produção dentro dos territórios. Para Fernandes 2008, existe uma diferença entre os territórios camponeses e territórios capitalistas, isso devido às diferentes formas com que as propriedades privadas disputam o território nacional. As ações do estado refletem diretamente sobre os ombros dos camponeses, dessa maneira podemos observa que:

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e,

assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia” (TEIXEIRA, 2002 p.2).

As ações estatais, ou seja, os recursos liberados para edificações de unidades habitacionais, creches, unidades de saúde, pavimentação, abertura e manutenção de estradas vicinais, compra de implementos agrícolas e abertura de crédito para pequenos produtores que em muitos momentos se quer conseguem quitar suas dívidas, devido à falta de assessoria técnica na implantação e no acompanhamento dos seus projetos, estes que faz pulsar a economia territorial. Mesmo assim sempre se vê como importante na temática “território” os conflitos por terra e/ou as disputas de poder, nunca o homem por si só.

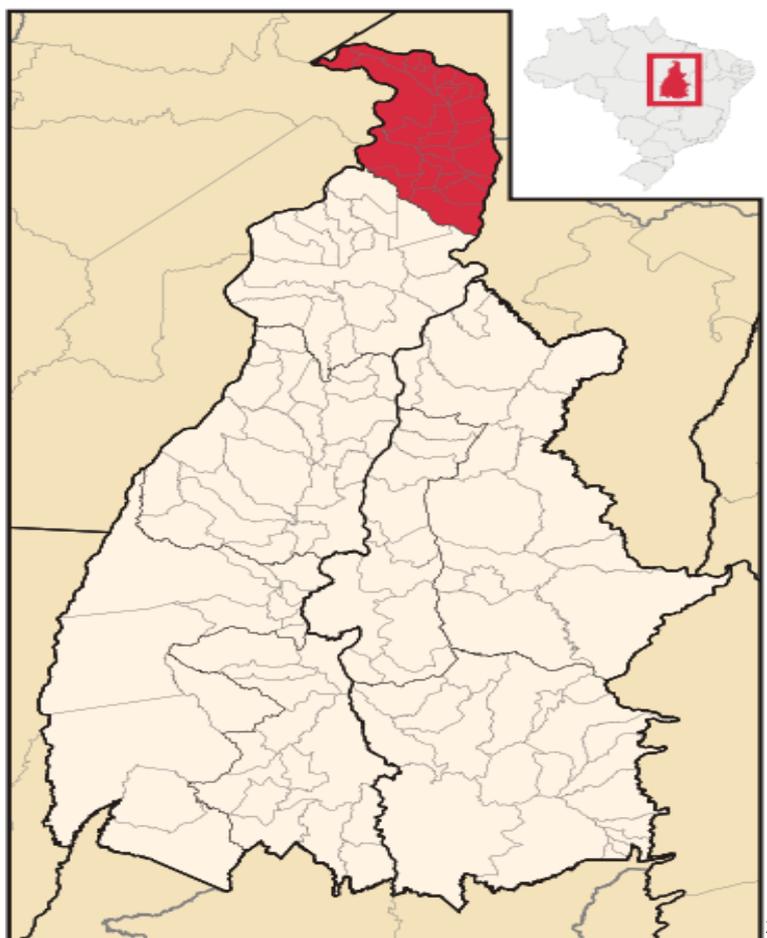
Porém e vemos como importante analisar a situação do território a partir das questões relacionadas às disputas de poder provenientes dos conflitos a muito cortejados pelos pesquisadores e jamais esquecidos pelos camponeses da região dessa região, ou de tantas outra em que o poder dos coronéis se levantou. Dessa maneira acreditamos ser possível a participação das pessoas dentro do processo de formação dos espaços de discussões sobre a elaboração de políticas que venham a transformar a realidade. Por esse motivo sentimo-nos obrigado a tentar entender um pouco da realidade do território do bico, assim como sua formação, social cultura e política sobre o olhar crítico do homem do campo.

CAPITULO II

ASPECTOS GEO-HISTÓRICO DO BICO DO PAPAGAIO

Nessa parte do trabalho, apresentaremos um raio (x) do território do bico do papagaio em uma perspectiva regional, resultando a sua importância histórica pra o País, devido os encontros, e conflitos históricos. Apontando dados acerca do contingente populacional regional e por cidades, assim como a produção agrícola, a cultura de subsistência, a educação a cultura e política regional e territorial. Assim como apontar determinadas demandas da região do “Bico do Papagaio”. Dessa maneira, apresentamos à micro e mesorregião, e os municípios que fazem parte delas, da mesma forma falar sobre os territórios da cidadania do Tocantins, criados em 2008, pelo decreto presidencial de 25 de fevereiro de 2008 e sua importância.

Mapa1- Território do Bico.



² Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tocantins_Micro_BicodoPapagaio.svg

A região do Bico do Papagaio localizada no extremo norte do Estado do Tocantins ficou nacionalmente conhecida pelos vários conflitos sociais ocorridos nas décadas de 80 e 90, do século passado; entre eles destaca-se a Guerrilha do Araguaia. Este território compõe-se atualmente de 25 municípios.

A região do Bico do Papagaio é tida como zona de confluência dos rios Araguaia e Tocantins. É uma região de fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. O Bico do Papagaio possui uma economia baseada na criação de animais, de pequeno, médio e grande porte, como aves, gado leiteiro, além da criação de peixes e abelhas para produção do mel, estas atividades em muitas vezes ainda feita de forma artesanal pelo pequeno agricultor familiar, recentemente observamos que o espaço do homem do campo tem sido tomado pelas grandes plantações de Eucalipto que transformou a paisagem da região.

Uma das culturas da região, segundo Filho (et all) Mariana Moraes; Thuhaarlenn Brasil; Zacarias Souza; e João D'arc. (2010, sobre a Produção de mel nas regiões do estado do Tocantins, destaca que na região Bico do Papagaio a produção de mel teve um leve crescimento, onde no ano de (2008) obteve 16.021kg, e no ano de (2009) obteve 17.303kg de mel, onde teve um aumento de 8% de crescimento de produção. A região Bico do Papagaio é a quinta produtora de mel do estado, abrange 14 municípios na região.

A população da região totaliza segundo o IBGE 2010, 196.367 habitantes, distribuídos em uma área de 15.852,60 Km². Representa 14,19% da população do Estado, que é de 1.383.445 habitantes. Esse índice aumentou em 2013 segundo a estimativa do IBGE, chegando o estado a ter 1.478.164 habitantes em todo o estado, sendo 207.366 só no território do bico.

Quanto à questão educacional, no que se refere à educação superior a região conta hoje como um Instituto Técnico Federal, localizado no município de Araguatins com formação secundária e superior com cursos de graduação em Agronomia, Ciências Biológicas e Computação. Conta também com um campus da Universidade Federal do Tocantins em Tocantinópolis que oferta atualmente os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Educação do Campo e Ciências Sociais. Será ofertado Bacharelado em Educação Física, além de Tecnólogo em Saneamento Ambiental e Tecnólogo em Design Gráfico. Conta ainda com a oferta de cursos superiores na modalidade de Educação à distância, tendo polos em Ananás e Araguatins Wanderlândia, com cursos de graduação sendo Licenciatura em Biologia, Química e Física, além de especialização nas Áreas da Gestão Pública. (UFT-2013)

Mapa 2- Instituições de Ensino Federal e pólos federais localizados no território.

Fonte: Google Earth 29/05/2015.

A educação básica (ensino fundamental e médio) fica por conta dos municípios e do estado, sendo que o Estado abarca um gama muito maior devido à oferta de uma maior qualidade no ensino, pois conta com um corpo docente mais bem preparado. Mesmo assim observamos à necessidade de políticas públicas voltadas a melhoria da educação básica, a começar pela própria proposta da educação superior na região.

A população do território assim como do próprio estado estar distribuída da entre zona rural e urbana. Esta população pode ser mais bem classificada, conforme tabela que segue:

Tabela 1- Distribuição da população por gênero e sazonalidade

Tocantins	Total	Total	1.383.445
		Homens	702.424
		Mulheres	681.021
	Urbana	Total	1.090.106
		Homens	540.464
		Mulheres	549.642
	Rural	Total	293.339
		Homens	161.960
		Mulheres	131.379

Fonte: IBGE, ano 2010.

Estes dados indicam uma população fortemente concentrada ainda no meio rural, uma vez que uma vez que a agropecuária do estado corresponde a 60% do PIB (SEAGRO-TO) Estes dados tendem a aumentar segundo a estimativa do IBGE, se analisados através dos dados da região do Bico do Papagaio conforme a tabela 2.

Tabela 2- Distribuição da População do Bico do Papagaio

Bico do Papagaio – TO	Total	Homens	99.955
Bico do Papagaio – TO	Total	Mulheres	96.412
Bico do Papagaio – TO	Urbana	Homens	64.637
Bico do Papagaio – TO	Urbana	Mulheres	65.214
Bico do Papagaio – TO	Rural	Homens	35.318
Bico do Papagaio – TO	Rural	Mulheres	31.198

Fonte: IBGE, ano 2010.

Tabela 3- Distribuição da População do Bico do Papagaio por cidade.

Aguiarnópolis	5.820
Ananás	9.952
Angico	3.332
Araguatins	33.524
Augustinópolis	17.140
Axixá do Tocantins	9.632
Buriti do Tocantins	10.522
Cachoeirinha	2.236
Carrasco Bonito	3.906
Darcinópolis	5.670
Esperantina	10.203
Itaguatins	6.092
Luzinópolis	2.847
Maurilândia do Tocantins	3.313
Nazaré	4.301
Palmeiras do Tocantins	6.180
Praia Norte	8.085
Riachinho	4.435
Sampaio	4.241
Santa Terezinha do Tocantins	2.695
São Miguel do Tocantins	11.271
São Sebastião do Tocantins	4.553
Sítio Novo do Tocantins,	9.297
São Bento do Tocantins	4.954
Tocantinópolis	23.165
TOTAL DE ABITANTES	207.366

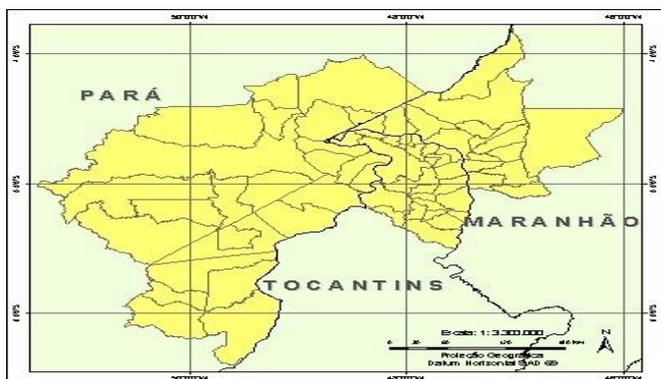
Fonte: IBGE, ano 2013

Como mostram os dados do IBGE 2010 na micro-região 66.516 pessoas vivem na área rural, o que corresponde a 33,87% do total. Possui 7.406 agricultores familiares, 5.644 famílias assentadas e 1 terra indígena. O IDH médio é 0,62 (IBGE, 2010) da região isso devido o pouco acesso e característica puramente rural. O menor IDH dentre os municípios é

o de Carrasco bonito 0,562 essa região é composta de municípios muito pequenos com baixo PIB per capto existem poucas empresas, em determinados municípios o fundo de participação dos municípios são relativamente muito baixo, sem fala na pouca competência técnica dos gestores municipais, que esbarram na burocratização dos sistemas de gestão e conseguem ter pouco êxito na implementar de determinadas ações de desenvolvimento dentro dos municípios. É sim uma região pobre onde maior parte da renda provem dos empregos públicos, municipais e estaduais, as pequenas propriedades são responsáveis pelo rodízio da produção.

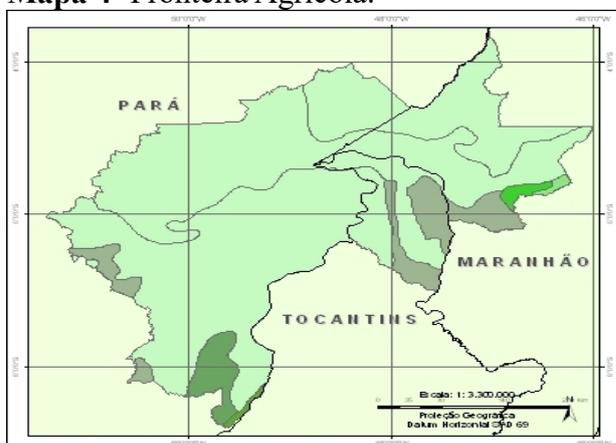
Contudo, o Território da Cidadania do Bico do Papagaio é composto por um amplo espaço territorial, que se divide em Mesorregião e Microrregião: a Mesorregião abrange os Estados do Pará, Tocantins e Maranhão. São 66 municípios – 25 no Pará, 16 no Maranhão e 25 no Tocantins – distribuídos em oito microrregiões, com área total de 140.109,5 km² e com população de mais de 1.436.788 habitantes, segundo dados do IBGE 2010, o que torna a situação muito mais complexa. Conforme mapas da Mesorregião:

Mapa 3- Mesorregião do Bico do Papagaio.



Fonte: <http://200.198.213.88/spr/mesorregiao.php?id=Papagaio>

Mapa 4- Fronteira Agrícola.



Legenda

Aptidão Agrícola

- Extrativismo pecuária e lavoura
- Extrativismo(lavoura)
- Lavoura e pecuária
- Preservação(lavoura e pecuária)
- Preservação(pecuária e lavoura)
- Preservação(pecuária)

Fonte: Base Cartográfica IBGE

Mapa 5 - Microrregião do Bico do Papagaio.



Fonte: http://www.citybrazil.com.br/to/microregiao_detalhe.php?micro=1

O rendimento médio da população do Território do Bico do Papagaio, ainda é bastante baixo, sem falar na expectativa profissional, dessa maneira segundo dados do IBGE – 2013 podemos observar que o território ainda fica abaixo até mesmo do índice de Tocantinópolis.

Tabela 4- Índice de Rendimento Populacional do Território do Bico

Tabela 3597 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento, Valor do rendimento nominal médio mensal e mediano mensal, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, segundo a situação do domicílio, o sexo, a condição de atividade na semana de referência e a cor ou raça	
Variável = Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento (Reais)	
Situação do domicílio = Total	
Sexo = Total	
Condição de atividade na semana de referência = Total	
Cor ou raça = Total	
Ano = 2010	
Unidade da Federação, Microrregião Geográfica e Município	
Tocantins	1.077,28
Bico do Papagaio - TO	649,02
Tocantinópolis - TO	797,61

Fonte: IBGE – 2013

2.1. Territórios do Tocantins

Mapa 6- Microrregiões do Estado do Tocantins.

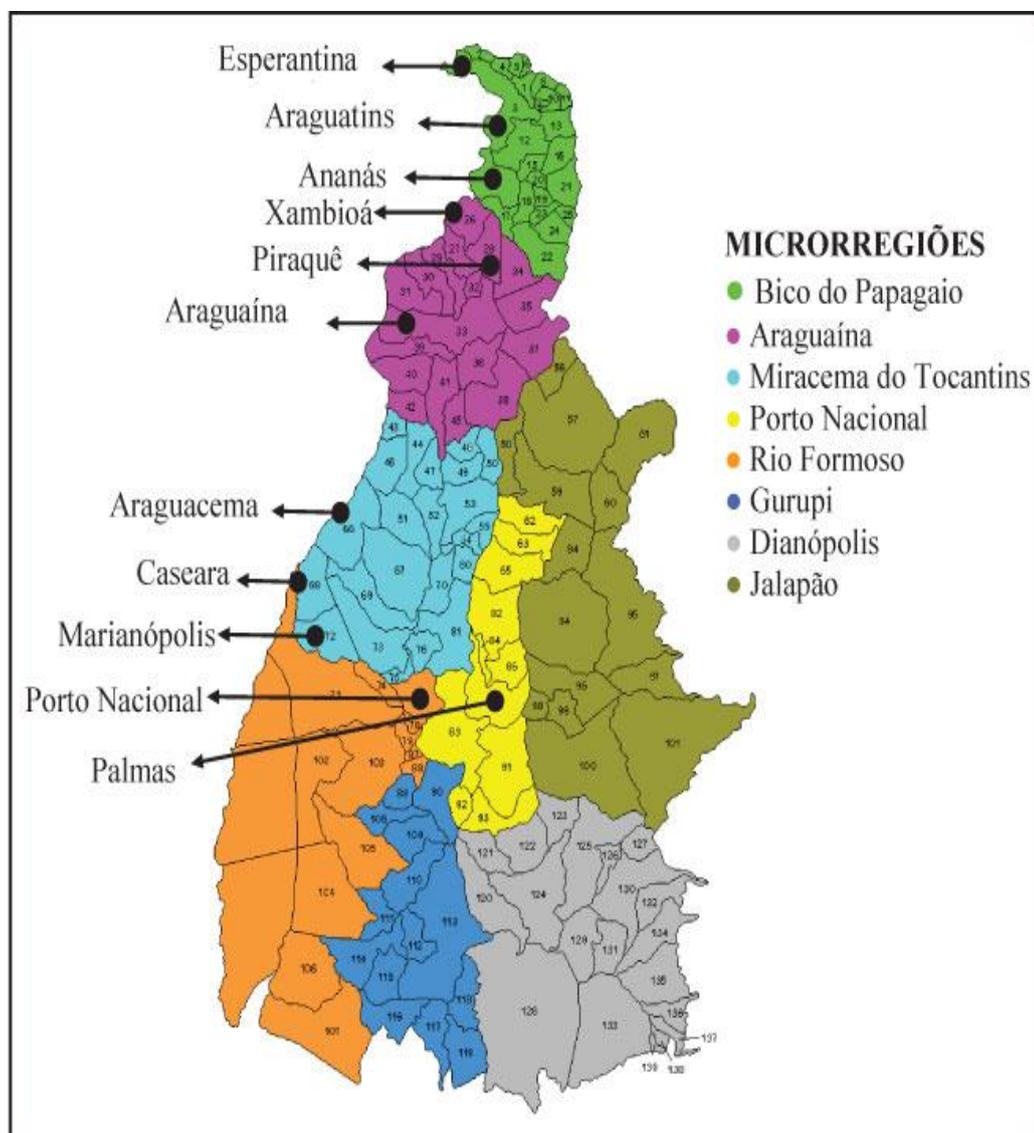


FIGURA 1 - Divisão geográfica do Estado do Tocantins, por microrregião e localização dos onze municípios com maior registro de casos de malária.

3

Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822011000100015

No Tocantins existem cinco microrregiões, essas que juntas abrangem os 139 municípios do estado, a proposta dos territórios rurais, começou a ser discutida em 2001, na proposição de garantir um espaço de discussão em nível de Estado. O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS), órgão promotor das articulações que trouxeram o entendimento e a sensibilização sobre a implantação no Tocantins do Programa

³ Bico do Papagaio, Jalapão, Sudeste do Tocantins

Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais- PRONAT. (BOLETIM APATO, 2007).

Como afirma Texeira Neto (2005), (apud, Almeida 2010). O “Tocantins é filho da Belém-Brasília”, essa frase expressa à grandeza e a importância dela para a constituição do estado da mesma forma dos seus territórios. Como sabemos:

Compreender a formação territorial do Bico do Papagaio no estado do Tocantins nos obriga a fazer uma vinculação da história dessa formação com a história de Goiás e com decisões políticas nacionais que intervieram naquele espaço. Para tanto, perceber como o processo de ocupação e apropriação da região do Bico do Papagaio se inter-relaciona com os projetos políticos nacionais. O território da região do Bico do Papagaio começou a estruturar-se ainda no século XVIII, com a exploração das minas auríferas, cuja exploração em Goiás permaneceu durante todo o século. Foi durante essa exploração do ouro que se formaram os primeiros arraiais. (Almeida 2010p.2).

Com o tempo as configurações e mudanças territoriais no norte do estado de Goiás aconteceram paulatinamente o território fora moldado transformado no existente hoje. E na medida em que o desenrolar histórico originou-se e consolidou-se o espaço Social, política e cultural da região que conforme dito teve relação direta com as políticas econômicas do país.

Segundo Almeida (2010). “A região do Bico do Papagaio que, durante muito tempo, incorporou o estigma de região isolada”, vivendo hoje um período de mudanças em vários âmbitos, inclusive em sua configuração territorial, como apresentado nesse trabalho na perspectiva do espaço onde o homem constitui sua grandeza e sua luta diária. Isso devido projetos implementados pelo governo federal e estadual.

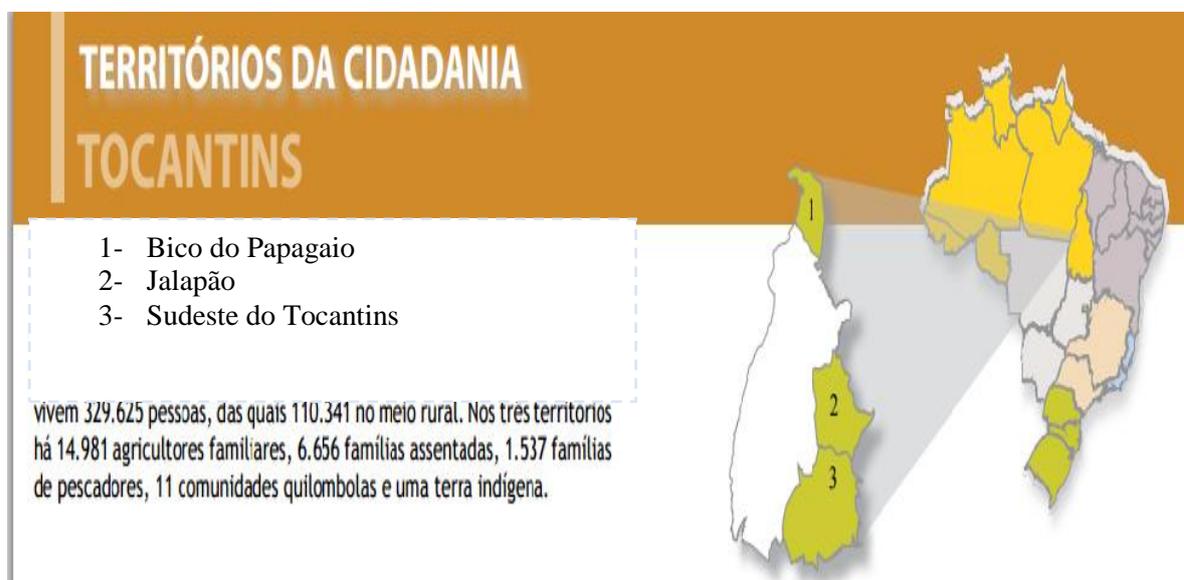
Dessa forma Forjando-se com uma estrutura regional fortemente desigual e que reflete na atual conjuntura econômica do atual Estado do Tocantins e, mais precisamente, na região do Bico do Papagaio, onde existem fracos indicadores econômicos e sociais. Desde Goiás até o presente houve grandes debates entre o poder público e a sociedade civil, foram deliberadas ações para sanar os conflitos e transformar a realidade da região.

A princípio o governo do estado através da SEPLAN – Secretaria de Planejamento elaborou projetos estaduais nas áreas de energia, transporte e plantio de monocultura, um deles é o PDRI – Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Bico do Papagaio onde previa a implantação de lavouras de soja numa área de 400.000 hectares, o Projeto Sampaio, como se tornou conhecido se alargava ao longo dos rios Tocantins e Araguaia ameaçando a forma de vida dos pequenos produtores daquela região. Dessa forma houve um grande embate que culminou em uma ação imediata dos movimentos “populares”, que conseguiram impedir

parcialmente a implantação do projeto por ser considerada uma ameaça ao desenvolvimento da região (UFT, 2011).

Em 16 de Outubro de 2003 que o CEDRUS aprovou a criação dos 02 (dois) primeiros territórios rurais do Estado do Tocantins: APA-CANTAO, composto por 09 municípios e do BICO DO PAPAGAIO, composto por 12 municípios. E após esta criação, procedeu-se a estruturação dos debates de sensibilização da nova política nos territórios definidos para estruturar e definir seus colegiados. (BOLETIN APA-TO, 2007).

Hoje no Tocantins existem três territórios da cidadania: O Bico do Papagaio; o Jalapão e o sudeste do Tocantins. Eles são formados por 54 municípios onde vivem 329.625 pessoas, das quais 110.341 vivem no meio Rural. Nos três territórios há 14.981 agricultores familiares, 6.656 famílias assentadas 1.537 famílias de pescadores 11 comunidades quilombolas e uma terra indígena. (MDA, 2010) esse é nosso Estado, são nossos territórios.



Fonte: [file:///C:/Users/cliente/Downloads/TO%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/cliente/Downloads/TO%20(1).pdf)

O território da cidadania do Bico do Papagaio foi realmente estruturado com a criação e a implantação de um colegiado chamado de Comissão de Implantação das Ações Territoriais (CIATs), composta por 36 representantes, sendo 24 representantes da Sociedade Civil e 12 do Setor Público. Esta CIAT fora dirigida por um Núcleo diretivo e Técnico (NDT) que era responsável pelos encaminhamentos e execução das decisões deliberadas pela plenária. A Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) através de sua liderança regional, Sra. Maria Senhora Carvalho da Silva, foi sua coordenadora geral. Para assessorá-la este colegiado contava com a figura de um Articulador Territorial, que era responsável pelo desenvolvimento dos serviços técnicos, tais como elaboração de projetos,

elaboração do plano, supervisão dos contratos e planos de trabalhos e outros processos. Um técnico da APA-TO exerceu por um tempo este papel.

O colegiado neste período de CIAT fora composto da seguinte forma: contou com participação dos representantes do setor público e do setor da sociedade civil: 36 representantes, sendo 24 da sociedade civil e 12 do setor público. Além da coordenação do processo ficar sob a responsabilidade do Movimento social, no comando de Dona Maria Senhora, representante da FETAET, que lutou ao como líder, tornou-se sua principal liderança como coordenadora geral da CIAT por vários anos.

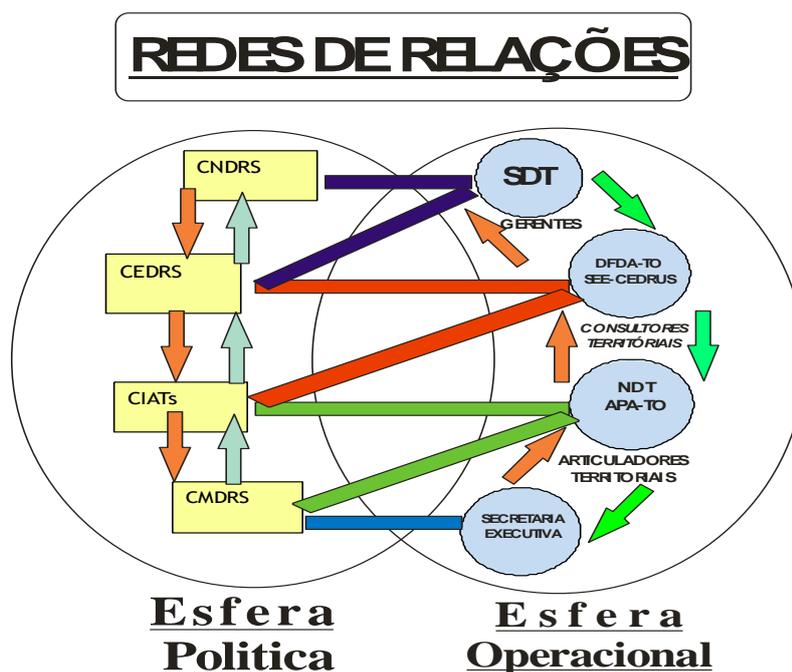
Porém, este que protagonizou um ideário como pioneiros de uma nova perspectiva social para o homem do campo durou pouco, lhes fora tirado de suas mãos através de uma articulação política, ideológica através das ações de alguns prefeitos associados à Associação dos Municípios do Bico (AMBIP), dirigentes federais segundo as lideranças do território foram evolidos representantes do MDA no Tocantins e em Brasília, além de setores da Secretaria da Agricultura (SEAGRO). Em 25 de fevereiro de 2008 o território se transformou; este que até certo ponto se tornara um espaço de identificação pessoal e cultural, alcançando um nível de reconhecimento, histórico e social das primeiras famílias seria dominado por uma política macro de controle social a serviço do capital, ou melhor, dizendo uma política estatal, conhecemos hoje como Território de Cidadania.

A proposta foi ampliada, e discutida em abrangência no território do bico, passava então a ter 25 municípios a partir de 2008, assim como passaram de 36 representantes institucionais, para mais de 50 representantes, com paridade entre eles (50% SC e 50%SP), a eleição de uma nova coordenação do colegiado que ficou sob a responsabilidade da Associação dos Prefeitos do Bico do Papagaio - AMBIP, que durante dois (02) anos ficaram a frente do processo administrativo do território.

Dessa forma; ao analisar o pensamento coletivo a partir desse trabalho, conseguimos visualizar as concepções do Estado frente à sociedade, principalmente no que diz respeito à gestão dos territórios, onde o Colegiado Territorial da Micro Região do Bico do Papagaio, tem como proposição estabelecer um relação íntima com as comunidades, vigorando as ações produtivas, através da representatividade.

2.2. Colegiado Territorial do Bico

O colegiado territorial funciona como um conselho, e tem a seguinte rede de relações:



Fonte: APA--TO

E se mantém de forma hierárquica tendo como base o conceito de “participação popular” que pressupõe a participação efetiva dos membros da comunidade local nas instancias representativa, onde de fato sua voz pode e deve ser ouvida. Assim se uma real aplicabilidade dessas ações, essas não podem ser vista apenas como se fosse uma obrigatoriedade do Estado, na verdade é. O que deve ser feito de fato é a busca da mediação e do consenso entre ambas as partes para que assim não se torne simplesmente uma ação política ou de um determinado grupo. O colegiado é o órgão diretivo dessa política territorial é o colegiado territorial, órgão diretivo consultivo, que tem em seu corpo a natureza representativa das políticas territoriais pelo menos deveria ter, formado por representantes: tanto do poder público quanto das várias áreas e ramos de atividade da sociedade civil, lavradores, comerciantes, militantes, representantes de entidades, estudantes, instituições de ensino, e etc. Esta composição reúne-se em assembleias geral, ordinárias e extraordinárias. Onde escolhem pelo voto direto os seus representantes. O Colegiado e a política territorial é mantida com recursos do MDA.

O território Bico do Papagaio foi criado contando com representante em cada um dos 25 municípios após a sua criação em 25 de Fevereiro de 2008. A partir daí muito foi feito, segundo dados da APA-TO. Foi elaborado um organograma contendo os avanços e os entraves desse início da política territorial.

Avanços:	Entraves:
Constituição da CIAT nos territórios	Sensibilizar os prefeitos eleitos para o processo do Desenvolvimento Territorial.
Contratação de entidade executora e dos articuladores territoriais.	Mudança no comportamento de gestores públicos e atores sociais.
Reestruturação do CEDRUS	Consolidar e fortalecer o CEDRUS no Estado.
Disponibilidade de recursos do infra-estrutura para os anos de 2003 e 2004.	Quebrar a cultura do individualismo.
Projetos para PRONAF-INFRA 2005 em fase de encaminhamento	Trabalhar a gestão dos projetos existentes.
Realização das Oficina de Gestão e Planejamento	Criar condições de infra-estrutura para as CIAT's.
Levantamento das demandas a nível de território.	Gestão e acompanhamento dos territórios e dos projetos específicos
Forte participação e presença nos encontros das CIAT's.	Como integrar as ações dos órgãos governamentais nos territórios.
Envolvimento dos atores sociais e gestores públicos no processo de Desenvolvimento Territorial.	Articular outras políticas públicas as CIAT's.
Capacitação dos articuladores territoriais e Acompanhamento a nível federal das ações a serem desenvolvidas nos territórios pelos consultores territoriais.	Construir um PTDRS com as características e demandas do território no sentido de atender as necessidades.
Melhora na capacidade de dialogo entre setor publico e sociedade civil	Fortalecimento da CIAT para continuidade do processo de construção do desenvolvimento territorial

⁴**Fonte:** APA-TO

A política oriunda da participação popular torna-se políticas efetivas que trazem com sigo a consolidação de vários projetos sociais, como a construção da **Escola família agrícola Pe. Josimo** em Esperantina, que depois de vários percalços e se encontra pronta, iniciam suas atividades esse ano segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Tocantins (FETAET), além da mesma proposta de escola Em Riachinho – Tocantins. Em contraponto a essa lógica existem ações impostas, sofridas pelos trabalhadores e líderes, representadas como sempre pelos interesses daqueles que tem e vivem a favor do capital, em contraponto ao as necessidades do homem do campo, que se sujeita a ser parte de um processo de desenvolvimento onde ele é sujeitado, condicionado e limitado. Uma ferramenta do capital externo, representado não pelo Estado de forma direta, mais pela iniciativa privada amparada pelo Estado que diretamente atua sobre uma ótica desenvolvimentista, OLIVEIRA (2001) diz que:

“(…) penso que o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e

⁴ Associação da Pequena Atitude/Tocantins.

contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parto também do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele.” (OLIVEIRA, 2001, p.185).

Em suma podemos analisar a real situação do território de uma contradição, onde o trabalhador é proprietário, é empregado e ao mesmo tempo milita em defesa dos seus ideais.

CAPÍTULO III

A INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA DE TERRITORIAL NO BRASIL E SUAS PERSPECTIVAS NO CONTEXTO DO BICO DO PAPAGAIO

Neste tópico, Inicialmente fazer uma breve análise das conquistas do território, assim com apresentar sobre a constituição da Política de ordenamento Territorial no Brasil, e como surgiu essa proposta e o seu desenvolvimento tarde em contraponto a discussão que se arrasta há vários anos. Faremos isso na intenção de compreendemos melhor as questões discutidas nesse trabalho, no que diz respeito “as questões de território da cidadania” no Bico do papagaio. Em contraponto a política territorial e seu surgimento e valoração no bico. Da mesma forma apresentaremos as nossas considerações acerca desse trabalho e o seu valor para a nossa formação acadêmica e como objeto de análise, questionamento para futuras propostas acadêmicas.

A construção da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT se deu no Brasil no sentido promover a inclusão e acontece em meio a um cenário peculiar de mudança de sentido das políticas territoriais. Novas formas no sentido amplo nos estudos e conceitos sobre políticas territoriais contemporâneas são inseridas em meio ao discurso de globalização, se desenha um novo cenário no Brasil, a inserção sul-americana, as reformas do Estado territorial, juntamente as incertezas sobre os paradigmas das políticas públicas na pós-crise ressaltando o fim do Estado Desenvolvimentista.

Nesse sentido fora de grande importância a construção da Política Nacional de Ordenamento Territorial - PNOT no Brasil. Está se inicia quinze anos após a promulgação da Constituição de 1988, ou seja, em 2003, mostrando uma desconexão com as experiências internacionais do gênero. Compreende-se que política territorial se configura pelo conjunto de enfoques estratégicos, outorgados a médio e longo prazo. Temos nesse sentido a oportunidade de analisa as ações correspondentes, e formulações da atuação, dirigidas a intervir sobre o território. A fim de que assuma as formas que sejam adequadas ao conjunto dos interesses que controlam o poder político (Sanchez, 1992, p. 72) aput RÜCKERT, (2007). Entendemos e concordamos com RÜCKERT, (2007)

(...) que as políticas territoriais extrapolam a noção dos planos regionais de desenvolvimento. Elas abrangem toda e qualquer atividade que implique, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional; uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial bem como mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar estas políticas (Costa, 1988, p.13). RÜCKERT, (2007.p.2).

É a posse e o controle do “território” que basicamente têm sustentado nos ombros a construção do Estado Brasileiro esse no qual antecede, historicamente, a própria nação. RÜCKERT, (2007) criação da política de territórios da cidadania, no governo do presidente Lula, retoma conceitos fundamentais do programa denominado “Territórios Rurais” herdado do governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF-INFRA ESTRUTURA. Portanto, os Territórios Rurais (programa desenvolvido desde 2003 pelo MDA) constitui como a base dos Territórios da Cidadania. Denotando assim que foi:

Essa relação entre Estado e território aponta para a implantação das formas estruturantes deste último pelo papel dirigente do poder unidimensional do Estado. No pós-30, o Estado Desenvolvimentista consolida as principais infra-estruturas estratégicas nacionais e, com isso, assume o papel de principal artífice da construção da nação. O Estado Desenvolvimentista brasileiro, de corte cepalino, implementa, a partir dos anos 40, um núcleo de consenso desenvolvimentista análogo ao keynesianismo europeu. De corte explicitamente geopolítico no pós-64, o Estado autoritário brasileiro enfrenta, a partir dos anos 80, o esvaziamento de suas propostas e viabilidades com a crise do Estado Desenvolvimentista. RÜCKERT, (2007p.2).

O território da cidadania é uma proposta do governo federal, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário:

Tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia. (MDA – 2010)

Legalmente os Territórios da Cidadania foram criados em 2008, pelo decreto presidencial de 25 de fevereiro de 2008 (posteriormente alterado pelo Decreto de 24 de Novembro de 2011), tendo como principal meta, “promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia por meio de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável” (Art, 2º Do Decreto Presidencial de 25 de Fevereiro de 2008). Especificamente o Decreto prevê como objetivos específicos:

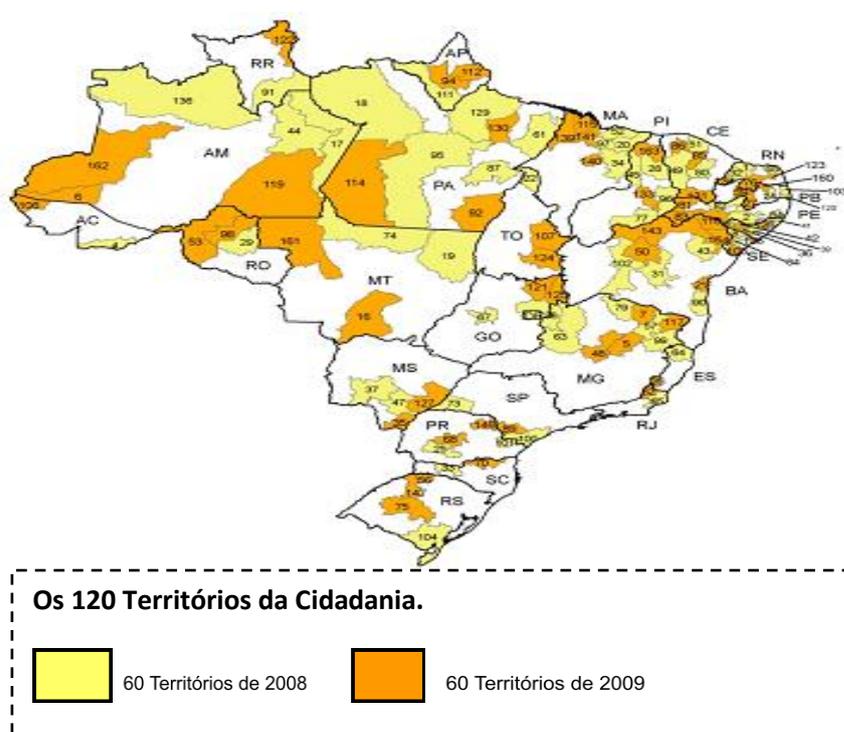
- I - integração de políticas públicas com base no planejamento territorial;
- II – ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios;
- III – ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;
- IV – inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais;
- V – valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

Hoje existem mais de 120 territórios de cidadania espalhados pelo país, sendo que três deles estão no Tocantins. Segundo o Ministério Desenvolvimento Agrário (MDA, 2010) esses territórios compreendem:

- ✓ 1.852 Municípios: (32,9% do total do País)
- ✓ 42,4 milhões de habitantes (23% do total do País)
- ✓ Uma População Rural de 13,1 milhões (46% do total da população rural do País)
- ✓ Com uma Agricultura Familiar de: 1,9 milhões de famílias (46% do total do País)
- ✓ 525,1 mil famílias assentadas através da reforma Agrária: (67% do total do País)
- ✓ Cerca de mais de 3,9 milhões de famílias são beneficiárias do Bolsa Família (35,6% do total do País)
- ✓ São 810 Comunidades Quilombolas (66% do total do País)
- ✓ 317 Terras Indígenas (52% do total do País)
- ✓ 210,5 mil famílias de pescadores (54% do total do País) .

A distribuição geográfica destes territórios pode ser mais bem visualizada no mapa dos Territórios da Cidadania no Brasil que segue:

Mapa 7- Mapa dos Territórios da Cidadania no Brasil



Fonte: MDA - 2010

O território é o espaço onde as relações sociais são em muitas vezes desfavoráveis a uma maioria que nele vive, dessa maneira percebemos a política territorial como uma estratégia governamental no sentido de “manipular” as ações de desenvolvimento desses espaços que não são vistos somente como espaços geográficos no sentido genérico de território. Mas sim como um espaço de convivência, onde são construídas as relações de poder, de afinidades, sem sombra de dúvidas cultural. Onde essas mesmas pessoas coexistem em uma esfera muito simples de um cotidiano dividido entre os afazeres domésticos e pecuniários, que o tornam um ser até certo ponto com uma noção de pertencimento a este espaço, chamado território. Também existem indivíduos poderosos, nas esferas privadas, religiosos, representantes políticos e jogos de interesses.

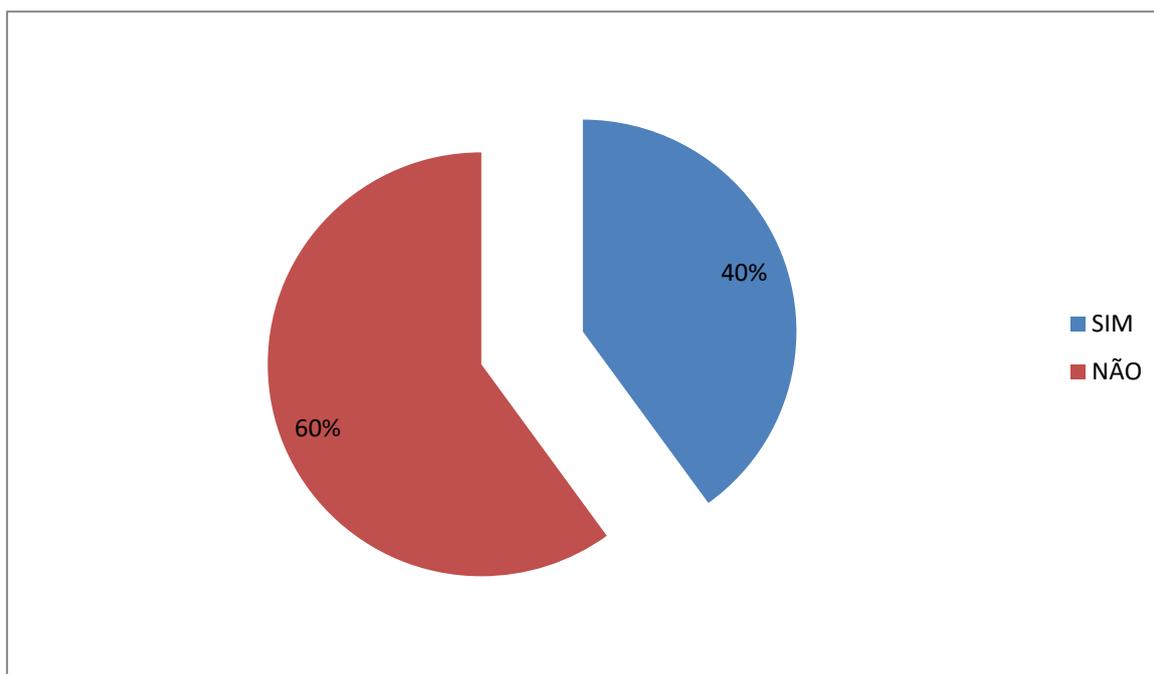
Dessa forma observamos que homem vive para si, e tem ao seu redor o meio. As pessoas concebem o meio de acordo com a sua vontade, essa é a condição humana, a adaptação em relação ao meio em que vive assim como a intervenção no próprio meio, na natureza, seria uma mudança nos meios de produção que transforma a o meio. É como explica Arendt 2004 “Num mundo estritamente utilitário, todos os fins tendem a ser de curta duração e a transformar-se em meios para outros fins.” (Arendt, 2004 p.167) as lutas continuam, mudam-se somente os atores num processo onde a realidade social que faz através do espaço de diálogo, onde se consolida a cultura, onde as raízes sociais se tornam profundas.

3.1. Ênfase territorial: Resultados de Pesquisas realizadas no Bico.

Segundo o relatório da UFT, 2011 frente às efetividades questão da Efetividade do Programa Desenvolvimento Sustentável de Território Rural do Bico do Papagaio – TO conseguimos vislumbrar um pouco acerca da real situação do novo bico, que para muito ainda permeia o imaginário em que a população é composta prioritariamente por pequenos produtores rurais, pessoas que vivem e trabalham apenas com a terra. Na verdade a realidade é bem diferente os índices de condição de vida da população do território, onde “Na pesquisa aplicada no Bico do Papagaio, foram entrevistadas 281 famílias, atingindo assim a quantidade exigida de questionários. Os mesmos foram aplicados em áreas rurais de municípios previamente estabelecidos pelo Sistema de Gestão de Células (SGE).” (UFT, 2011), segundo os dados a população dessa região não vive somente da terra. Ou seja, da agricultura familiar. Observamos que houve uma ligeira mudança na expectativa de vida da população local, assim como a ampliação da sua visão acerca de como ganhar, dinheiro. Como mostra o relatório,

quando se pergunta acerca da renda da família referente principalmente da produção agrícola da família:

Apenas 40% das famílias visitadas retiram da propriedade e da produção a principal fonte de renda da família. Os principais ganhos monetários das demais famílias são provenientes de vínculos empregatícios, da aposentadoria e/ou da bolsa-família ou programas similares do governo.



Fonte: UFT – 2011.

Apenas 1% das propriedades são administradas por pessoas contratadas para exercer essa função, o que corresponde, em números absolutos, a apenas 2 estabelecimentos. É a família que administra o estabelecimento? Mas grande parte das propriedades conta com empregados permanentes. Cerca de 98% dos entrevistados afirmaram que seus estabelecimentos possuem até dois empregados permanentes, e que tem até dois empregados permanentes. De acordo com a amostra, o tipo de produção que predomina na região é a não familiar. Dos estabelecimentos entrevistados, apenas 38%, apresentam características de agricultura familiar. (UFT, 2011).

Em relação ao uso que é feito da produção, os dados permitem identificar que cerca de 36% dos entrevistados utilizam o que é produzido apenas para o consumo da família, 58% consomem e vendem o que produzem e apenas 6% destinam ao comércio tudo que é produzido na propriedade. De acordo com a percepção dos entrevistados, foi possível averiguar que, para

a maioria dos entrevistados, a quantidade de pessoas da família que estão trabalhando está boa (76 entrevistados) ou regular (69 entrevistados). (UFT, 2011).

A minoria considera péssima a situação da quantidade de pessoas trabalhando. Quanto à opinião dos entrevistados a respeito das características da mão-de-obra da família que trabalha tanto no estabelecimento quanto fora, tendo como critérios de avaliação idade, escolaridade e/ou capacidade de trabalho, identificou-se a predominância do regular em 88 dos domicílios. Os extremos, péssima e ótima, tiveram pouca frequência, apenas 5 e 6 entrevistados avaliaram dessa forma as características da mão-de-obra da família, respectivamente. (UFT, 2011).

Assim como o próprio acesso dessas pessoas a créditos e o bom relacionamento como os atravessadores que geralmente compra a produção, para revenderem em grandes centros, mais o mais pertinente é a questão de que as pessoas gostam dessa vida, sua produção é para o seu consumo se sobrar podem revender, existe um mercado, ou melhor, um circuito, o pequeno produtor rural se realiza em simplesmente produzir para seu próprio sustento dessa forma podemos analisar que, em muitos momentos das entrevistas tivemos a oportunidade de vislumbrar cenas, em que estes faziam questão de mostrar o que produziam em suas pequenas propriedades mais ao mesmo tempo, observamos a sua completa falta de ambição na perspectiva de comercialização de sua produção.

Percorremos as cidades e observamos toda a problemática, e tentamos de certo modo compreender a ação que o Estado esta exercendo, ou pelos menos tentando exercer sobre os indivíduos desta região. Observamos que houve alteração nos dados, acreditamos que justamente devido à mudança de concepção social dos indivíduos, ressaltando as relações de poder proposta pela própria ação estatal. Sendo que houve mudança de lideranças em praticamente todas das 44 instituições visitadas sendo que apenas 9 delas foram localizadas, ou seja, 20,45%, dos representantes das entidades de representação social e político da região. Observamos assim que há na verdade uma grande desarticulação política dos movimentos sociais na região; que temos na região I:

Tabela 4 - Organismos de Representação no Colegiado territorial do bico.

ORGANIZAÇÃO	CIDADE
COOPTER	Araguatins
Prefeitura Municipal de Araguaatins	Araguatins
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguaatins	Araguatins

Associação dos Quilombolas Ruraltins	Araguatins
Associação de Mulheres Trabalhadoras do Povoado ITAÚBA	Araguatins
CONSAD	Augustinópolis
Prefeitura Municipal de Augustinópolis	Augustinópolis
ACOPI	Augustinópolis
Prefeitura Municipal de Augustinópolis	Augustinópolis
Prefeitura Municipal de Augustinópolis	Augustinópolis
APA-TO	Augustinópolis
APA-TO	Augustinópolis
CONSAB – BICO	Augustinópolis
Secretaria da Agricultura De Axixá	Axixá do Tocantins
Prefeitura Municipal De Axixá-Prefeito	Axixá do Tocantins
Visão Mundial	Axixá do Tocantins
Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Tocantins	Axixá do Tocantins
AMB – Buriti	Buriti do Tocantins
FCR – Buriti	Buriti do Tocantins
Sindicato Regional dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião, Buriti e Esperantina	Buriti do Tocantins
AMB – Buriti	Buriti do Tocantins
Secretaria da Agricultura De Buriti do Tocantins	Buriti do Tocantins
Associação de Mães Carentes	Buriti do Tocantins
Prefeitura Municipal De Cachoeirinha	Cachoeirinha

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carrasco Bonito	Carrasco Bonito
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carrasco Bonito	Carrasco Bonito
Sindicato Rural de Carrasco Bonito	Carrasco Bonito
Associação da reserva Extrativista Do Extremo Norte do Tocantins	Carrasco Bonito
Prefeitura Municipal De Esperantina	Esperantina
COOF – Esperantina	Esperantina
Associação de Mulheres De Esperantina	Esperantina
Federação dos Trabalhadores Da Agricultura do Tocantins	Esperantina
Consórcio Público – AMBIP - Prefeito de Itaguatins	Itaguatins
Sindicato Rural De Praia Norte	Praia Norte
ASMUBIO	São Miguel do Tocantins
CNS	São Miguel do Tocantins
Sítio Novo do Tocantins	Sítio Novo do Tocantins
Secretaria de Infra-Estrutura de Sítio Novo	Sítio Novo do Tocantins
ASMUBIP	Sítio Novo do Tocantins
Sindicato Rural de Sítio Novo	Sítio Novo do Tocantins
Ação Social Diocesana	Sítio Novo do Tocantins

Da mesma forma analisando a outra parte do território fica claro também a ineficácia das ações do movimento social, que ainda existem muitos espaços que não conseguem adentrar. Embora para nós ainda não fique completamente claro acerca da real efetivação/importância ou pertinência deste questionário. Frente às reais condições locais. Percebemos a presença de comunidades no qual ainda não tiveram a sua identidade reconhecida frente o Estado Brasileiro, enquanto remanescentes de quilombos. Cito o “Centro” em São Miguel do Toncatins e os Carrapichês em Esperantina. Assim como ações de promoção social, como escola família agrícola de Esperantina ainda inacabada.

O território da cidadania possui duas vertentes uma surgiu em 2008, junto com a política territorial e a segunda mais recentemente em 2008, existe uma disputa correlata de poder entre eles. Os novos e os que se intitulam genuínos.

Os que entraram na discussão a partir de 2008, sendo que o “Território I” é de longe mais articulado do que as dos 13 municípios incluídos mais recentemente na proposta de território da cidadania do Bico do Papagaio.

Tabela 5 – Cidade do Território I.

Cidade	Região
Araguatins	Bico
São Bento	Bico
Cachoeirinha	Bico
Luzinópolis	Bico
Angico	Bico
Ananás	Bico
Riachinho	Bico
Darcinópolis	Bico
Palmeiras	Bico
Aguiarnópolis	Bico

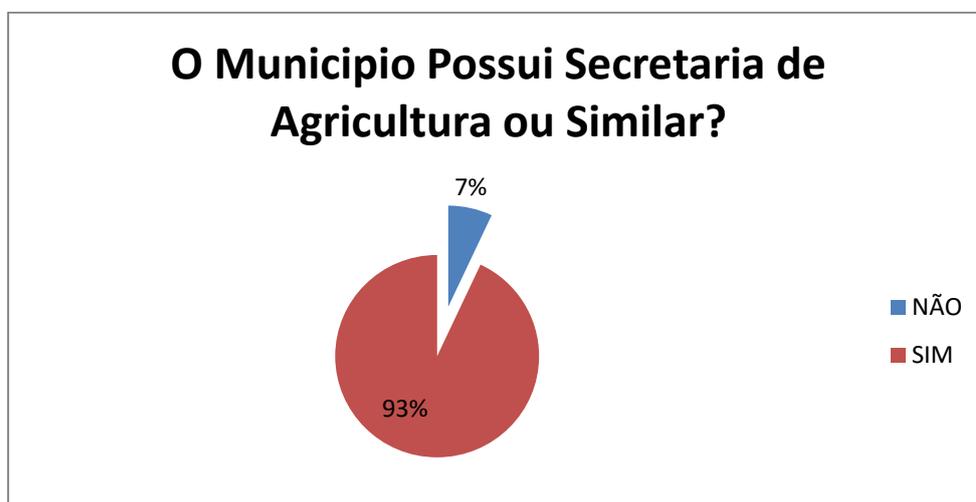
Assim entendemos que:

Dada a relativa estagnação econômica da região que compreende o território, os entrevistados entendem que em todos os fatores ainda há questões a serem resolvidas, e que, de forma similar à história recente da região, ainda são fortemente demandadas por todos os atores locais. O fato é que, por mais que alguns fatores tenham se destacado ao longo dos anos recentes no território, a todo o conjunto é atribuída substancial importância na

identificação das características comuns dentro do espaço em questão. A relativa estagnação econômica pode ser um fator que corrobora com essa percepção. (UFT, 2011 p. 59).

Nesse sentido fica claro que o papel do indivíduo dentro do território do Bico, é extremamente importante, tanto em uma concepção positiva isso na perspectiva de uma construção de um instrumento ideológico. No caso ele acaba sendo realmente um pouco mais do que simplesmente um homem do campo, seja ele produtor ou militante. Pois papéis são construídos a partir de uma necessidade.

Mapeamos todos os líderes dos movimentos sociais agrário do Bico, isso em quase todos os municípios, nas secretarias municipais ligadas ao homem do campo vislumbramos uma questão, quase todas as prefeituras possuem uma secretaria de agricultura ou similar. Ou seja, ligada ao campo, 93%. Segundo dados da UFT – 2011:



Fonte: UFT – 2011.

Tabela 6 - Organizações Existentes que fazem parte do Colegiado Territorial:

CARGO	CIDADE
Pres. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguatins	Araguatins
Sec. Municipal de Administração	Ananás
Sec. De Agricultura	Darcinópolis
Sec. Mun. De Agricultura	Riachinho
Sec. Mun. De Agricultura	Palmeiras
Coord. De Mulheres do Sind. Dos Trab. Rurais de Tocantinópolis	Luzinópolis
Sec. Municipal de Agricultura	Cachoeirinha
Ass. De Desenvolvimento Comunitário	Cachoeirinha
Sind. Dos Trabalhadores Rurais de Ananás	Ananás

Pres. Do Sind. Dos Trab. Rurais	Riachinho
Sec. Mun. De Agricultura	São Bento
Pres. Da Associação de desenvolvimento Comunitário	São Bento
Prefeito	Arguariarnópolis
Ruraltins	Araguantins
Associação dos quilombolas	Araguanrtins
Sindicato dos Trab.(as) Rurais de Tocantinópolis	Cacheirinha

A partir da observação das bibliografias analisadas e viagens realizadas ao bico, durante a execução do projeto bico da UFT, pesquisa que utilizamos como estudo para a conclusão desse trabalho deduziu-se que no temos dois territórios; em uma parte a mais ao norte quanto mais articulado quando nos referimos aos movimentos sociais, sejam sindicatos dos trabalhadores rurais, ou a ONG, APA-TO, ou as associações de Mulheres, a exemplo de Buriti, ou os próprios povos cujo provavelmente remanescentes de quilombos, cujo tiveram nem mesmo a oportunidade até agora (2013) de ter um início de dialogo rumo ao “reconhecimento”, como o “Centro” em São Miguel do Tocantins, os Carrapxés em Esperantina - TO, estando estas comunidades totalmente desassistidas pelo Estado Brasileiro.

Nesse sentido observado uma das questões então muito discutida no cenário educacional do País hoje: a Educação do Campo, visivelmente desassistida, apesar de nos deparamos com duas grandes conquistas do Território no tocante a educação, A Escola Família Agrícola, como Esperantina e instalações semi-prontas em Riachinho-TO. Em outra vertente observamos o sistema político-oligarca, onde se ver a reprodução de uma lógica coronélica e patriarcal ainda vigente.

E por mais que demos créditos e elevamos préstimos ao primeiro assentamento da Reforma agrária da região ser em Palmeiras do Tocantins, não identificamos nenhuma correlação de apoio por parte do poder público, ou seja, nenhuma ação prática ou política pública voltada para o setor agrário, nessa cidade que em sua maioria é agrária. Nesse caso classificamos essas ações como um grande engodo. Dessa forma não caracterizamos essa parte do território enquanto uma zona de conflito direto relacionado à luta pela reforma agrária, de uma luta, mais essa parte de um sistema que reflete a manutenção de um poder local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho, pode-se compreender a importância as percepções sobre o território da Cidadania bem como me reconhecer, como formador e educador, na intenção única de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do território. Observamos que as lutas travadas deram a estes a oportunidade de mudar as suas vidas e de ser reconhecidos como seres humanos que realmente se importam com o meio em que vivem. A partir da aplicação dos questionários e as conversas com as lideranças, durante o projeto de pesquisa que participamos o mesmo que gerou estes dados acima. E o mesmo que me aguçou a curiosidade de tentar entender e realizar Algo nobre pelos que tanto lutaram para defender uma causa, a nossa causa, a minha causa. Tive a oportunidade de vivenciar os mais belos cenários da nossa riquíssima e quase extinta beleza natural. Pude vislumbrar a realidade e me preparar para estudar as bibliografias certas sobre a temática. Compreender as relações sociais e culturais e históricas dessa região é compreender como até certo ponto o surgimento de uma grande nação, que se dá em base pela ocupação territorial. Pelos conflitos e pela disputa da terra, do espaço, que sustenta a vida. A reprodução das relações de poder é o principal foco, nessa parte do território. Aqui se materializam os territórios fluxo, onde a comportam como berço das “facções”. (BONAVIDES, 2001p. 453). As relações sociais portas no bico, são fortes ressaltando as relações de poder, em contraponto há uma lógica onde o indivíduo se realiza dentro de uma concepção ideológica.

O Bico do Papagaio, já que foi demonstrado como relevância do saber local, que reitero a importância do Trabalho da minha colega Sinderleia Dias da Silva com o seu trabalho a percepção do meio ambiente e as quebradeiras de coco de coco do bico do papagaio, onde “essas mulheres praticam em relação à natureza e com o babaçual que é fonte de renda para muitas famílias que ainda vivem do extrativismo no Tocantins” Silva, (2011). E a importância do seu trabalho e principalmente da sua organização.

As mobilizações sociais das Quebradeiras de coco aqui são entendidas em prol de mudanças no sistema em que se encontra na sociedade capitalista, que ocorre a partir da busca de reivindicações em comum a determinado grupo na sociedade. Sendo assim a motivação parte dos ideais do grupo, é que levam, portanto esses indivíduos à ganhos coletivos. No entanto para formar um movimento social, a que se refere às quebradeiras de coco mobilizadas em buscas do acesso livre do babaçu, da preservação, do acesso a terras etc. Enquanto movimento social, a tendência é ter líderes, ou seja, formação de lideranças no grupo é essencial para a divisão de tarefas no grupo, daí a importância das quebradeiras de coco estar associadas à ASMUBIP e ao MIQCB que possuem lideranças e que se organizam

enquanto movimentos sociais, mobilizados assim á atingir determinados objetivos e acessos na sociedade. SILVA (2011).

Contudo, observamos que os movimentos sociais hoje muitos aparelhados, esqueceram até certo ponto de como se luta, ou talvez a estratégia seja outra. Percebe-se, que o território do bico embora observa-se articulado e em discussão sobre os avanços das políticas públicas territorial. Percebemos o aparelhamento estatal, o silencio de uma camada social tão atuante na reivindicação dos seus direitos no põe a refletir sobre o sistema política atual.

Portanto, no que concernem as políticas públicas, as política públicas vimos que a sua efetivação não ocorrem do dia para noite, demoram tempo e demandando muito esforço e dedicação. O sistema falha por isso necessitamos de agentes públicos focados na mudança social e na busca de propostas que gerem resultados positivos, principalmente na gestão territorial.

Enfim, através das ações desenvolvidas pelos agentes políticos e sociais que discutem a política territorial, que tornou possível uma mudança positiva no decorrer desses 17 anos no território da cidadania do bico do Papagaio. Uma vitória para todos os que lutaram, um estímulo para todos os que lutam por uma causa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MELLUCCI, Alberto. **A Invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**/ Alberto Mellucci; tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim-Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

(WIKIHOW,2003) **Metodologia da Pesquisa. (Organizador) Eduardo Moresi. Brasília – DF, 2003.** Disponível no link: <http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>

LIMA, Waner Gonçalves. **Política pública: discussão de conceitos.** nemad@uft.edu.br - Interface (Porto Nacional), Edição número 05, Outubro de 2012. Disponível no link: <http://revista.uft.edu.br/index.php/interface/article/viewFile/370/260>

SOUZA, Celina. **“Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil**/Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 18 Nº 51- Fevereiro de 2003.

OLIVEIRA, Gilson Batista de, **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.39-48, maio/ago. 2002
Disponível no endereço eletrônico: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf

ARENDT, Hannah. A condição humana. 10 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa – Características, Usos E Possibilidades - FEA-USP: Caderno de Pesquisas Em Administração, São Paulo, V.1, Nº 3, 2º SEM./1996 –** Disponível no Link: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>

PEREIRA, Waldemar Gomes. **Meu Pé de Tarumã Florido.** Ética, 1997.
AMM Prates - 1986, Encontrado no Link: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/.../11861>

CORREIA, Aldenora Alves. **Boa Vista do “Padre João”.** 1977

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo examinando a política de reconhecimento.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.** São Paulo: Malheiros, 2001; Caps: 23; 24.

CARVALHO, Maria do Socorro Normanha de. COSTA, Andréa Cristina Thoma. PALMEIRA, João Palmeira, **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território Bico do Papagaio - TO,** 2006.

(WIKIHOW,2011) **Avaliação da Efetividade do Programa Desenvolvimento Sustentável de Território Rural do Bico do Papagaio – TO**, Palmas, UFT - novembro de 2011. Disponível no link: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra022.pdf>

SEM, Amartya Kumar, **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução. Laura Teixeira Motta. Revisão técnica. Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 410p.

SOUZA, Jessé. **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**/ Jessé Souza (organizador). - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Milton, 1926-2001. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**/ Milton Santos, Maria Laura Silveira – 7ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**, 2002.

Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MEDEIROS**, Leonilde Servolo de. **PAULILO**, Maria Ignez. **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições, Dilemas E Conquistas**, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. **Os posseiros e a luta pela terra no Bico do Papagaio 1964/1985: Cultura e Identidade**. Disponível em:

http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1195_1.pdf

OLIVERA¹, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudo Avançados, 15 (43). 2001

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**/ Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, trad. Carmen C. Varriale et. AL.; coord. trad. João Ferreira; ver. Geral João Ferreira Luiz Guerreiro Pinto Cacaís. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12ª Ed., 2004 vol. 2.656 p. (total: 1.330 p.)

SANTOS², Agnaldo dos. **Construção das Políticas Públicas – processos, atores e papéis 2008**. Disponível no link: <http://www.polis.org.br/uploads/1244/1244.pdf>

ALMEIDA, Ruteia Lima. **A Formação Territorial do Bico do Papagaio**, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA – 2010.

Disponível no Link: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1841/1066>.

PARENTE, Temis. Gomes. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: ed. da UFG, 1999.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação de Goiás**. Goiânia: ed. da UCG, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento e Desenvolvimento Econômico – 2008. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento_Junho19.2008.pdf

ALDIGHERI, Mário. Josimo: A terra é a vida, Loyola, 1993

JUNIOR. João Palmeira, Boletim; **Observatório de Políticas Públicas nº 2 ano 2 - junho de 2007** com o título do texto "A construção do de(envolvimento) territorial “por organizações sociais e o setor público” 2007.

MORETTO. Cleide Fátima, **GIACCHINI**. Jussara, Do Surgimento da Teoria do Desenvolvimento à Concepção de Sustentabilidade: Velhos e Novos Enfoques Rumo Ao Desenvolvimento Sustentável, 2006

SAQUET. Marcos Aurélio, **SILVA**. Sueli Santos, **MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território** - ISSN 1981-9021 - Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42 www.geouerj.uerj.br/ojs

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática dos conflitos morais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

SAUER. Sergio, **ALMEIDA**. Wellington, **Terras e Territórios na Amazônia: Demandas, Desafios e perspectivas/** organizadores. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 426 p.; 22 cm. Co-editora: Editora Abaré, 2011.

FERNANDES. Bernardo **MARQUES**. Mançano, Marta Inez Medeiros, **SUZUKI**. Júlio Cesar, **Geografia Agrária: teoria e poder**. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384 p. vários autores/ Conceitos e Políticas de Desenvolvimento: teorias e ideologias. Richard Peet.

SILVA, Sinderléia Dias da. **A Percepção Sobre o Meio Ambiente das Quebradeiras de Coco no Bico do Papagaio-TO**. UFT – Ciências Sociais, 2011.

RÜCKERT, Aldomar A, **A POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL, BRASIL. Uma política territorial contemporânea em construção**, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1 de agosto de 2007 Disponível no Link: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24566.htm>

CHAVES, Ana Paula Pacheco e. **Educação Desenvolvimento Social: uma análise de sua relação em três experiências de pedagogia da alternância”** UNESP, Marilha/SP, Tese de Doutorado, 2004.595p.

ANEXOS